

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – PRODUÇÃO EDITORIAL**

Carolina Arend Giacomini

**CAROLINA MARIA DE JESUS E A OBRA *QUARTO DE DESPEJO* –
DIÁRIO DE UMA FAVELADA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
EMPODERAMENTO FEMININO NA LITERATURA**

**Santa Maria, RS
2016**

Carolina Arend Giacomini

**CAROLINA MARIA DE JESUS E A OBRA *QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE
UMA FAVELADA*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O EMPODERAMENTO
FEMININO NA LITERATURA**

Monografia apresentada à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do Grau de **Bacharel em Comunicação Social – Produção Editorial**.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marília de Araujo Barcellos

Santa Maria, RS
2016

Carolina Arend Giacomini

**CAROLINA MARIA DE JESUS E A OBRA *QUARTO DE DESPEJO*
– *DIÁRIO DE UMA FAVELADA*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O
EMPODERAMENTO FEMININO NA LITERATURA**

Monografia apresentada à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, do Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do Grau de **Bacharel em Comunicação Social – Produção Editorial**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2016:

Prof^ª. Dra. Marília de Araujo Barcellos (UFSM)
(Orientadora)

Prof^ª. Dra. Sandra Rúbia da Silva (UFSM)

Prof^ª. Mestre Giane Vargas Escobar (POSCOM/UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram na possibilidade da realização desse trabalho. Primeiramente agradeço a Deus por me transmitir força e luz para que eu finalizasse essa pesquisa com determinação e coragem, embora os obstáculos no meio do caminho fossem necessários. Ele me mostrou que sou capaz de realizar o que desejo.

Meu carinho à minha família, pela compreensão e apoio durante todo esse processo. Obrigada Mari Jane, Paulo e Júlia. Vocês são a razão de eu estar aonde cheguei.

Aos meus amigos, que de alguma forma me mandaram energias boas e pensamentos positivos.

Meu agradecimento à minha orientadora Prof^ª. Dra. Marília de Araujo Barcellos, que foi de extrema importância para realização dessa pesquisa, me ajudou e me apoiou me mostrando as direções que deveria seguir.

Agradeço as Prof^ª. Dra. Sandra Rúbia e Prof^ª. Mestre Giane Vargas Escobar, por aceitarem o convite de fazer parte da minha banca; pelas contribuições e sugestões.

E por fim àquela pessoa que foi essencial em toda realização do meu trabalho, por me transmitir paz, e acreditar em mim quando eu já pensava em desistir; por estar do meu lado dia e noite, me mandando vibrações boas. Eu te agradeço por fazer parte da minha vida e por compartilhar comigo esse momento tão especial. Obrigada Meu Amor Tiago.

A todas as demais pessoas que de alguma forma me apoiaram e desejaram que bons ventos me guiassem, deixo aqui meu muito obrigado.

RESUMO

CAROLINA MARIA DE JESUS E A OBRA *QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA*: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O EMPODERAMENTO FEMININO NA LITERATURA

AUTORA: Carolina Arend Giacomini
ORIENTADORA: Marília de Araujo Barcellos

As mulheres, por muito tempo foram silenciadas pelos homens por manifestar seus direitos, participar de políticas públicas e ter a condição de decidir sobre o seu corpo. Na literatura não foi diferente, a escrita era apenas restrita aos homens brancos de alta sociedade. Porém, com os adventos dos manifestos feministas, dentre demais questões sociais, culturais e econômicas, isso se transformou, ligando diretamente as mulheres a esses poderes. Em virtude disso, no presente trabalho, procurou-se manifestar o contexto histórico do começo do movimento feminista, e do movimento feminista negro, elencando as ideias de acordo com a representação da mulher branca e da mulher negra na literatura que foram fundamentais para o empoderamento¹ feminino. Laurence Hallewell especifica que conhecer uma nação por meio de sua edição pode ser muito revelador, uma vez que somos como nos expressamos, afirma também que o livro serve para dar expressões literárias aos valores culturais e ideológicos. Com isso, o objetivo da pesquisa se sucedeu através do método utilizado, estudo de caso, analisar a obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), buscando investigar as passagens descritas pela escritora, se de alguma forma ela poderia ser considerada feminista, devido às condições em que ela se encontrava. Foi observado que não importa a classe, etnia e gênero, Carolina conseguiu romper estereótipos relacionados à literatura brasileira.

Palavras-chave: Feminismo. Feminismo negro. Mulher. Livro. Literatura. Empoderamento.

¹ O grupo de estudos de mulheres negras “Atinuké” de Porto Alegre – RS, após reflexões feitas por uma das coordenadoras, Nina Fola, definiu por não mais utilizar a palavra empoderamento, pois significa atribuir poder a alguém, e este grupo pondera que as mulheres negras não devem ter um poder delegado por outro e sim representar o poder que está dentro de cada mulher negra, por essa razão, o termo mais adequado diante dos pensamentos do grupo, seria “apoderamento”, que significa apossar-se, assenhorar-se, tomar posse de, invadir. Mais informações sobre o grupo no Facebook: <https://www.facebook.com/atinukemulheresnegras/?fref=ts>

ABSTRACT

CAROLINA MARIA DE JESUS E A OBRA *QUARTO DE DESPEJO – DIÁRIO DE UMA FAVELADA*: A CASE STUDY ON THE FEMININE EMPOWERMENT IN THE LITERATURE

AUTHOR: Carolina Arend Giacomini
ADVISOR: Marília de Araujo Barcellos

Women, for a long time, have been silenced by men for expressing their rights, participating in public policies and having the condition to decide on their body. In the literature it was no different, the writing was only restricted to white men of high society. However, with the advent of feminist manifests, among other social, cultural, and economic issues, this has transformed itself, linking women directly to these powers. As a result, in the present work, we sought to manifest the historical context of the beginning of the feminist movement, and of the black feminist movement, listing the ideas according to the representation of the white woman and the black woman in the literature that were fundamental for the female empowerment. Laurence Hallewell specifies that knowing a nation through its editing can be very revealing, since we are how we express ourselves, it also states that the book serves to give literary expressions to cultural and ideological values. With this, the objective of the research was succeeded through the method used, case study, to analyze the work of Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (1960), seeking to investigate the passages described by the writer, if any Feminist, because of the conditions in which she found herself. It was observed that regardless of class, ethnicity and gender, Carolina was able to break stereotypes related to Brazilian literature.

Keywords: Feminism. Black feminism. Woman. Literature. Book. Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Elementos estruturais do livro.....	32
Figura 1 - Capa do livro “Quarto de despejo - diário de uma favelada”	32
Figura 2 - Falsa folha de rosto	33
Figura 3 - Folha de rosto.	34
Figura 4 – Prefácio.	34
Figura 5 - Páginas 60 e 61 do livro.....	35
Figura 6 - Página 64 e página com ilustração do livro.	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MOVIMENTO FEMINISTA	12
2.1 Histórico no mundo e no Brasil	12
2.2 A mulher negra e o feminismo	14
3 EMPODERAMENTO DA MULHER POR MEIO DA LITERATURA	19
3.1 Representação feminina na literatura	19
3.2 Publicações de livros sobre o tema	26
3.3.1 <i>Quarto de despejo</i>, o livro	31
4 APORTE METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO	38
5 A ARTE LITERÁRIA E A PRESENÇA FEMININA	42
5.1 Carolina Maria de Jesus, uma feminista?	42
5.2 Temáticas feministas em “Quarto de despejo, diário de uma favelada”	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O brasilianista Laurence Hallewell, em sua obra, *O livro no Brasil*, percorre a história especificando épocas e editoras que fizeram marco na evolução editorial de nosso país. Tal abordagem nos diz muito quando percebemos a relevância da produção editorial como registro da cultura de uma nação. O pesquisador salienta que conhecer uma nação por meio de sua edição pode ser muito revelador, uma vez que somos como nos expressamos. E complementa: “Na verdade, é difícil imaginar uma atividade que envolve tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos” (2005, p. 42). E é, portanto, partindo do postulado da expressão de valores ideológicos que este estudo se desenvolve, ao considerar o olhar sobre a temática feminista, a partir da abordagem de uma obra literária: *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus.

Na literatura, o papel da mulher muitas vezes, foi construído a partir de uma figura frágil, doméstica e dependente financeiramente do marido. Foram obras produzidas principalmente pelo homem, da alta sociedade, no qual a mulher sempre permaneceu como personagem e nunca como autora da própria obra literária. Devido a isso, à mulher foi atribuído o estereótipo de ser inferior ao homem, particularmente quando é apresentada como autora dos próprios textos literários. Dessa forma, a importância do movimento feminista que se manifestou mais forte na segunda metade do século XIX, para causas como essa, a inserção da mulher na escrita, foi fundamental para avançar num sistema completamente patriarcal e capitalista.

A primeira onda do feminismo basicamente foi a inserção da mulher no mercado de trabalho, enfrentando péssimas condições, sem direitos políticos e sociais. A segunda onda foi a ampliação da primeira onda, as mulheres passaram a reivindicar a liberdade sexual, lutar contra opressão, questionar o poder entre os homens e as mulheres e a enfrentar a dominação masculina. É necessário destacar aqui, a luta de outros movimentos, como o movimento negro que questionava as principais características do sistema capitalista. Dessa forma é possível entender como o feminismo, juntamente de outros movimentos lutam pelos seus direitos democráticos e libertários e são fundamentais para construir uma sociedade mais igualitária.

A importância dessa pesquisa para o curso de Comunicação primeiramente deu-se ao fato de ser um tema pelo qual existe uma afinidade abundante que parte também de uma motivação pessoal. Além de que a escolha por analisar essa obra foi especificamente por se

tratar de um livro literário que poucos estudam e conhecem. O livro sendo uma das ferramentas mais antigas que existe, nos possibilita investigar através de pesquisas e avaliações, culturas e valores ideológicos diferentes, ainda que a autora da obra fosse uma mulher negra e favelada, conseguiu suspender dos estereótipos alavancados pela literatura brasileira. É exatamente como foi citado anteriormente, a produção editorial tem por objetivo fixar essa ideia de cultura como uma nação.

Para tanto, buscou-se nesse trabalho pesquisar a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* (1960), as condições sociais e políticas que essa mulher negra, favelada, semianalfabeta e mãe de três filhos, presenciou durante sua jornada no Canindé². Nesse sentido, a metodologia utilizada para essa pesquisa foi o estudo de caso, pois analisamos as perspectivas de Carolina em relação ao feminismo em sua obra escrita, e por estar na condição que estava a autora poderia se considerar uma feminista, visto que, não tinha consciência desse fato e nem estudos acadêmicos para tal. Em vista disso, procuramos por base de conceitos de mulheres feministas, pensadoras negras para contextualizar o estudo sobre essa relação de Carolina de Jesus com o movimento feminista.

Num primeiro momento destaca-se o contexto histórico da luta das mulheres por seus direitos. Em outro momento busca-se também a história do feminismo negro, que conseqüentemente não tiveram os mesmos privilégios que as mulheres brancas no início dessa luta. É importante essa segregação, pois as mulheres negras desde o tempo da escravatura são vítimas de racismo e sexismo, são vistas como objetos sexuais de homens brancos.

No segundo capítulo elencamos algumas escritoras importantes na representação da mulher na literatura, trouxemos exemplos de obras que se destacaram em cada período, fazendo menção as mulheres que também foram fundamentais na luta pelos seus direitos na sociedade. Ainda, ressaltamos a estrutura do livro de Carolina Maria de Jesus, buscamos exemplificar os elementos pré-textuais, pós-textuais e os textuais presentes em sua obra.

No terceiro capítulo abordamos a metodologia utilizada para esse trabalho que foi o estudo de caso, com base em conceitos formulados por Robert Yin em seu livro *Estudo de caso* (2001).

No quarto capítulo daremos destaque ao estudo desse trabalho que foi a análise a partir da obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo* de 1960. Num primeiro momento contextualizamos um pouco sobre a vida da escritora e como ela vivia amargamente na favela do Canindé e como fazia para driblar a fome que a perseguiram todos os dias de sua existência.

² Uma das primeiras favelas da capital paulista, fundada por volta dos anos 1940.

Nesse capítulo também é conceituado as questões feministas em relação à Carolina, porque ela foi importante para esse movimento e como ela conseguiu conquistar diversos autores que buscaram pesquisar sobre a vida da favelada. Na conclusão temos os resultados alcançados de acordo com os estudos feitos sobre a obra da autora pesquisada.

2 MOVIMENTO FEMINISTA

Este capítulo tem por objetivo buscar o contexto histórico do movimento feminista tanto em nível nacional como internacional, durante o período dos séculos XIX, XX e até a contemporaneidade. Destaca-se a importância desse movimento para as mulheres com seus direitos, contextualizando o sufrágio feminino que concebeu o direito ao voto para as mulheres. O feminismo negro também será abordado nesse item, contando que no início do movimento feminista as negras ficaram excluídas e não se sentiram representadas pelas brancas. Por isso foi necessário trazer esses dois paradigmas para esse capítulo, pois abarcam questões diferentes em relação à classe, etnia e gênero.

2.1 Histórico no mundo e no Brasil

O movimento feminista ao longo dos últimos séculos vem lutando para ampliar os direitos das mulheres que, há muito tempo, ficaram submetidas às vontades masculinas e inferiorizadas pelo que a sociedade conhecia como “sexo frágil”. Com o tempo, as mulheres começaram a se unir na defesa de um interesse em comum: a igualdade entre os gêneros. Atualmente, o movimento feminista abrange uma série de grupos diversificados, com sistemas próprios, mas que compartilham de um mesmo princípio, o de obter maior espaço nas decisões políticas, sociais e etc, de todo o mundo.

De acordo com Mirian Goldenberg e Moema Toscano (1992) o movimento teve seu início na Europa Ocidental a partir do século XVII no período da Revolução Francesa. Durante o século XIX, a luta das trabalhadoras fabris, ganha maior consistência, principalmente na sociedade norte-americana. O dia 08 de março de 1857 é lembrado como o dia em que as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque se mobilizaram contra os baixos salários e exigiram a redução da jornada de trabalho para 12 horas diárias. No mesmo período acontece o Sufrágio feminino, na França, que ficou conhecido como “primeira onda” do movimento feminista. Tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa, as mulheres lutavam pelos seus direitos às participações nas discussões políticas.

Um livro no qual, se destacou na importância para o empoderamento das mulheres na literatura e que também foi fundamental para o surgimento da segunda onda do feminismo: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher” (PINTO, 2010). Seguindo o pensamento de Céli Regina Jardim Pinto (2010), a década de 1960 foi

particularmente importante para o mundo ocidental. Nos Estados Unidos surgiu o movimento hippie, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos. Na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos. Também em 1960 aparece grande discussão sobre sexualidade, o surgimento do movimento *Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT)* nos Estados Unidos.

No Brasil, segundo Sarti (2004, p. 35), o feminismo começou na década de 1970, embora a história registre significativas experiências anteriores, com características distintas, destacando-se a mobilização feminina em torno do sufrágio. Já no século XX a bióloga brasileira Bertha Luz, que estudou em Paris, criou a *Liga da Emancipação Feminina*, que em 1922 se tornou a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino*. (PINTO, 2010). A partir dos anos 1930 já existiam grupos feministas em ação no Brasil, embora a movimentação feminista pelo mundo até a década de 1960 tenha sido muito discreta.

Nos anos 1970 houve mudanças decisivas para as mulheres em muitas partes do mundo. O ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas o *Ano Internacional da Mulher*, visibilizando pautas e discussões referentes aos direitos das mulheres. (SARTI, 2004). Com o fim da ditadura dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande evolução na luta pelos direitos das mulheres, há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma série de temas, como, violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, orientação sexual. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades da Igreja Católica. Este encontro foi muito importante para os dois lados: o movimento feminista brasileiro, apesar de ter origens na classe média intelectualizada teve uma interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados (PINTO, 2010). Em meados dos anos 1986, foi importante a discussão sobre lesbianismo, mesmo que estivesse presente no movimento, ele nunca tinha sido pautado pelas feministas. Sendo assim, os encontros nacionais feministas organizaram também o envolvimento da luta das mulheres negras (SOARES, 1994).

Vera Soares (1994), salienta que o movimento das mulheres abrange temáticas e espaços diferentes, tanto em entidades de mulheres como em espaços mistos. Destaca ainda, que o movimento “está mais ausente das ruas”, consequência disso são as buscas por mais

oportunidades em atividades que levou uma multiplicidade de serviços gerados por organizações de mulheres.

Sabe-se que até certo ponto, o movimento feminista garantiu a luta pelos direitos e igualdade de gêneros, somente entre mulheres privilegiadas, ou seja, distintas àquelas que faziam parte da classe mais baixa, e também da classe racial. Então nota-se que a busca por igualdade foi basicamente com homens privilegiados, e sendo assim se beneficiam as identidades brancas, classe média e heterossexuais (CHARTIER, 2011). Assim, “o feminismo deveria não ser uma luta de igualdade entre homens e mulheres e sim uma luta contra a opressão, uma luta que reconhece que a opressão não está confinada ao sexismo, mas que também se expressa no classismo, no racismo e no heterossexismo” (CHARTIER, apud HOOKS, 2011).

Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2010), o movimento feminista, na contemporaneidade, pouco faz caminhadas, distribui panfletos, queima sutiãs em praça pública. Contudo, nunca esteve tão ativo como agora. No início do século XXI, a luta estende-se como a denúncia de violência contra a mulher e a defesa do aborto. Em 2006, obtiveram uma grande conquista que foi a criação da Lei “Maria da Penha”, que defende a mulher vítima de agressões físicas e ameaças. Atualmente, no mundo todo existe um importante marco no movimento feminista que são as “marchas das vadias” que começou em 2011, no Canadá. O objetivo das marchas é denunciar a cultura do estupro cada vez mais crescente a partir da ideia de que a roupa que a mulher usa justifica uma violação sexual. Portanto para as mulheres negras a palavra “vadia” não tem a mesma repercussão positiva. Trata-se de uma questão historicamente negativa para as mulheres negras, pois segundo a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto, as mulheres negras não querem reivindicar o direito de serem vadias, e nem que elas possuem a “cor do pecado”, mas sim de serem médicas, advogadas, doutoras (PINTO, 2013).

2.2 A mulher negra e o feminismo

Na história americana, as mulheres negras de todo o país podiam juntar-se para pedir igualdade social para as mulheres e o reconhecimento do impacto do sexismo sobre o *status* social, porém as negras estavam em um grande silêncio (HOOKS, 1981, p. 5). O silêncio das mulheres negras não era uma reação contra as mulheres brancas ou um gesto de solidariedade com os homens negros patriarcas, mas sim o silêncio das oprimidas. As mulheres negras não tinham a possibilidade de lutar pelos direitos das mulheres, pois não enxergavam a “natureza

feminina” como um ponto de vista importante na identidade. bell hooks³ (1981), afirma que a socialização racista e sexista tiveram consequências ao se condicionarem a desvalorizar a própria feminilidade e a olhar a raça como o único rótulo importante de identidade. Dito isso, quando o movimento de mulheres sugeriu a discussão da questão da opressão sexista, as mulheres negras argumentaram que o sexismo era insignificante em relação à realidade do racismo. Assim, as mulheres negras recorreram à esperança de que a libertação racial seria absolutamente necessária para viverem livres. Segundo bell hooks (1981), elas, “eram a nova geração de mulheres negras que foram ensinadas a submeterem-se, a aceitarem a inferioridade sexual e a serem silenciosas”.

As mulheres americanas negras do século XIX estavam cientes de que a verdadeira liberdade provocava, não apenas a libertação da classe social sexista que negava a todas as mulheres todos os direitos humanos. Essas mulheres negras participavam em ambas as lutas pela igualdade racial e pelo movimento dos direitos das mulheres. Quando foi proposta a questão sobre a participação ou não das mulheres nos movimentos dos seus direitos, seria na luta pela igualdade racial, argumentando também que qualquer avanço no estatuto social das mulheres negras iria beneficiar todo o povo negro (HOOKS, 1981). Em um congresso chamado *World Congress of Representative Women* em 1893 (Congresso Mundial Representativo de Mulheres), Anna Cooper⁴ falou sobre o estatuto das mulheres negras:

(...) No entanto, no mais negro período da opressão das mulheres negras neste país a sua história ainda não escrita é plena de lutas heroicas, luta contra vantagens assustadoras e devastadoras, tão frequentemente terminadas em mortes horríveis. (...) O doloroso, paciente e silencioso trabalho árduo das mães para poderem ganhar o seu honorário, simples títulos dos corpos das suas filhas, o desespero contido como uma tigresa para manter a sua própria pessoa consagrada, forneceria material épico. O que aconteceu foi mais do que foi contado não é surpreendente. A maioria das nossas mulheres não são heroínas – mas eu não sei se a maioria das mulheres de qualquer raça são heroínas. (...) A mulher branca pode ao menos alegar para si a sua própria emancipação; as mulheres negras duplamente escravizadas podem senão sofrer, lutar e ser silenciosas. (HOOKS, apud, COOPER, 1981, p.5).

Aconteceu que, pela primeira vez na história americana, as mulheres negras, como por exemplo, Anna Cooper quebraram os anos de silêncio e assim iniciaram seus registros sobre suas experiências de vida. Porém, ainda que as mulheres negras tivessem interrompido esse silêncio, os homens negros estavam em vantagem em relação às mulheres negras, pois os

³ Por uma questão ideológica esta intelectual negra escreve seu nome com letras minúsculas. bell hooks afirma: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”.

⁴ Anna Cooper nasceu no ano de 1858, em Raleigh, na Carolina do Norte (EUA) e trabalhou como professora, escritora e ativista que defendia a educação para homens e mulheres negras.

homens brancos apoiaram o voto para os negros, conseqüentemente deixando todas as mulheres sem direitos.

Em virtude disso, as mulheres brancas ativistas tinham em mente apoiar os políticos negros, porém isso mudou quando os homens negros teriam o direito do voto enquanto as mulheres brancas permaneceriam sem esses direitos. Sendo assim, o auxílio com o povo negro foi menosprezado por elas, possivelmente ocultando seus planos em apoiar o sufrágio do homem negro.

O período escravocrata foi inteiramente sofrido, tanto para os homens negros quanto para as mulheres negras. É de fato que as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, em relação às irmãs brancas, e com isso possibilitou que o trabalho na vida das mulheres negras no período da escravatura, era o ponto chave para a exploração, ofuscando assim outros tipos de aspectos existentes na vida feminina. De acordo com Angela Davis (1982), as mulheres negras usufruíram de poucos benefícios da condição das mulheres, é talvez revelar que a mulher escrava era serva de casa, sendo cozinheira, criada ou mãe das crianças da Casa Grande. Assim como os homens, as mulheres escravas também eram trabalhadoras do campo. Ao mesmo tempo em que uma parcela de escravas nas fronteiras dos estados, foram empregadas domésticas, na real terra da escravatura, no sul, eram predominantemente trabalhadoras agrícolas (DAVIS, 1982, p. 11). Mas nem por isso, as mulheres escravas deixaram de sofrer diante dos seus senhores, eram abusadas sexualmente por eles e outros tipos de maus tratos. O pensamento dos donos de escravos, principalmente das mulheres escravas, era de que, quando fosse lucrativo explorá-las iguais aos homens, sendo analisadas, sem a distinção de gênero, porém quando eram exploradas e reprimidas em formas determinadas apenas às mulheres, elas eram tratadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres.

A história da escravidão no Brasil teve início em meados do século XVII, quando portugueses traziam os negros africanos de suas colônias na África para utilizar de mão-de-obra escrava nos engenhos de cana de açúcar, café e extração de minas. Com isso, os tráficos negreiros, iniciaram as buscas por negros em todo o continente africano, sendo esses transportados nos porões dos navios, amontoados, em condições desumanas, muitos não sobreviviam a essas condições e vinham a óbito. As mulheres negras também sofreram com a escravidão no Brasil, os senhores do engenho utilizavam dessa mão-de-obra para trabalho doméstico. Algumas mulheres se alojavam no espaço junto aos homens e outras permaneciam na casa grande onde prestavam os serviços de arrumadeira, ama de leite, cozinheira e objeto sexual de seus senhores.

As relações sexuais que o senhor branco e a mulher negra mantinham, era vista como servidão, uma obrigação que a escrava deveria prestar para aquela casa, sem o mínimo respeito, o patrão abusava da mulher, como se a escravizada não fosse digna de uma vida humana. As mucamas⁵ realizavam a tarefa doméstica, como também deveriam ser obedientes com suas *sinhas* e principalmente com os barões ou *sinhôs* (GONZALES, 1984). Os senhores brancos prestavam-se de seus serviços na cozinha e nos seus aposentos, sem nenhuma retribuição, apenas com violência sexual, moral e com torturas, surras e castigos.

A desaceitação e repressão às mulheres negras diante da supremacia branca estavam em desvantagem tanto pela etnia, como pelo gênero.

Lélia Gonzalez (1984) argumenta que a negra da periferia, é quem sofreu mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Justamente porque é ela que sobreviveu no suporte de prestações de serviços, segurando o pilar da família quase que sozinha. Tudo isso, em razão de que seu marido, irmãos ou filhos foram motivo de perseguição policial. A empregada doméstica no Brasil, só faz cutucar a culpabilidade branca, pois ela continua sendo a mucama do tempo da escravatura. Com isso, ela se torna completamente reprimida.

No final dos anos de 1970, as mulheres negras ativistas começaram a se questionar o porquê de não terem representatividade dentro do movimento feminista. Sendo assim, a partir dos anos 1980 aconteceu o 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985, e isso foi resultado para a mobilização do feminismo negro. Nesse encontro, as ativistas negras divulgaram seus debates relativos à luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, assuntos relacionados à saúde (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012). O feminismo negro foi se estabilizando diante da aparição de organizações não governamentais, as chamadas ONGs. Algumas delas se destacam: Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Criola (RJ), Geledés (SP), Fala Preta (SP), com o objetivo ao combate à violência doméstica e a discriminação racial e para as precauções diante da saúde reprodutiva. Outro aspecto que auxiliou na consolidação do movimento foi o acesso de feministas negras em esferas nacionais e internacionais de mobilização política, que envolviam a participação em congressos, reuniões e eventos com pessoas e instituições distintas (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012).

De um modo geral, a luta das mulheres negras contra o racismo e suas declarações através do preconceito e da discriminação racial e contra as contradições presentes na relação

⁵ Criada; mulher negra que auxiliavam suas senhoras nos afazeres domésticos; ama-de-leite.

entre os gêneros tem crescido de forma satisfatória no âmbito dos direitos sociais e humanos. A mulher negra carecia estar introduzida na luta por melhores condições de existência e isto se dava através de diversas formas de organização, desde o período de escravatura, no pós-abolição e até nos dias contemporâneos. A seguir daremos início ao estudo sobre as mulheres na literatura e sua importância nesse mercado tão silenciado por elas.

3 EMPODERAMENTO DA MULHER POR MEIO DA LITERATURA

O capítulo que segue fará um apanhado histórico da luta das mulheres que conquistaram seu espaço na literatura. Por muitos anos, o homem era o único que tinha o poder do domínio sobre a leitura e a escrita. Várias mulheres romperam essas barreiras e escreveram suas histórias, e até se estabeleceram na profissão de professoras e escritoras. Foi importante buscar a história da mulher branca e da mulher negra na representação da literatura, pois são caminhos distintos que elas percorreram para chegar até onde chegaram. Também nesse capítulo é discutido publicações de livros de mulheres que foram importantes no movimento feminista e no movimento feminista negro. Além do mais, é tratado aqui a estrutura do livro que será estudado nos próximos capítulo dessa pesquisa, *Quarto de despejo – diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus. Nesse subcapítulo levantamos questões sobre a forma como o livro foi estruturado, elementos pré-textuais, pós-textuais e textuais.

3.1 Representação feminina na literatura

No começo do século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam oprimidas em preconceitos solidificados e imersas em um estado que Constância Lima Duarte (2003) chama de “rígida indigência cultural”. Naquele período histórico, a bandeira mais urgente a ser levantada pelas feministas não poderia ser outra senão o direito básico de ler e escrever, um privilégio do sexo masculino à época. A primeira legislação que autorizava a abertura de escolas públicas destinadas às mulheres data do ano de 1827, consistindo em instituições que destoavam das demais vias educacionais femininas da época, uma vez que até então, eram conventos que tinham a função de guardar as meninas para o casamento, e raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as tarefas domésticas.

Nas palavras de Constância Lima Duarte (2003), foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. Sobre a inserção da mulher nos meios literários, Zahidé Muzart (*apud* DUARTE, 2003) afirma que:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

Constância Lima Duarte (2003) demonstra o descompasso histórico existente entre o Brasil e a Europa em relação aos direitos das mulheres, expondo que enquanto, em países europeus, as reivindicações se faziam sob a forma de crítica a uma educação já existente, aqui as solicitações eram ainda as primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda sorte de preconceitos. As mulheres brasileiras precisavam, primeiro, ser consideradas seres pensantes, para então, depois, pleitear a emancipação política. Deste modo, percebe-se que a alfabetização da mulher, bem como o acesso à educação cumpre papel essencial na conquista de direitos extremamente básicos, e que representaram grandes avanços na época em que foram garantidos.

No que diz respeito à presença feminina negra na literatura, ao longo da história, sua representação foi consequência da idealização de escritores brancos, que caracterizaram estereótipos sexistas como o da mulata sensual e da negra submissa. No entanto, apesar de a sociedade ter retratado a mulher negra como ser periférico e ter ignorado sua voz, a escrita da afrodescendente veio à tona com ousadia, com o objetivo de reunir as linhas da história.

A produção literária brasileira esteve associada por muito tempo a valores racistas. Tanto o branqueamento como forma de “melhorar a raça”, quanto o conceito da superioridade branca e europeia foram anunciados e consolidados pela literatura brasileira por volta do século XIX. Sendo assim, os grandes autores, em suas obras representaram as minorias étnicas com base em uma visão extremamente injusta e tendenciosa.

Se considerarmos como exemplo a obra de caráter abolicionista *A Escrava Isaura* (1875), percebemos que a protagonista, apesar de conter a ascendência negra, não tinha suas origens africanas glorificados. Isaura não era uma musa negra, mas sim uma afro-brasileira que sofria como escrava, mesmo que dispunha de princípios culturais e físicos de uma branca da alta sociedade. Símbolo do elemento africano, Isaura é valorizada por sua pele clara, e não por suas raízes negras: “És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano” (GUIMARÃES, 2005, p. 20).

É nesta mesma perspectiva objetivada que a mulher negra se apresenta na literatura. É importante lembrar que sua representação sempre esteve associada ao passado escravocrata, seu corpo negro historicamente privado da condição humana. Assim, a sexualidade imoral e acirrada ou a imagem da dócil ama-de-leite são estereótipos que ganharam presenças

significativas na literatura brasileira. Longe ser vista como heroína romântica, a mulher negra é apresentada na literatura como objeto de prazer, não possuindo os atributos da mulher branca, da mãe devotada ou da esposa carinhosa. Mesmo a feminilidade lhe é negada, posto que tal conceito esteja relacionado à brancura e à pureza, qualidades não encontradas na negra que também exerceu tarefas “não femininas” durante e depois da escravidão. Sobre essa questão, lembra bell hooks (1995, p. 468): “O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje [...]”.

Omitida também do âmbito do poder matriarcal, a mulher negra é introduzida na periferia das representações. De acordo com David Brookshaw (1983) as décadas de 1930 e 1940 foram fortemente marcadas por este imaginário social. Ao tratar dos romances *Gabriela Cravo e Canela* e *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado, o referido autor pontua:

Pode-se tirar conclusões semelhantes de sua caracterização da mulata. A ela não é permitido ser esposa ou mãe, pois é símbolo da liberalidade sexual. Ela não é respeitada nem como mulher, nem como indivíduo. Sua função é atrair os homens, ser explorada por eles, e em troca explorá-los para obter o que quer através do sexo. (BROOKSHAW, 1983, p. 142).

As imagens criadas e reconstruídas dentro da tradição literária transmitiram o preconceito e foram assimilados no imaginário coletivo. E, dessa forma, o estereótipo da mulata como um tipo social dentro e fora da literatura a transformaram em um símbolo imoral brasileiro, conhecida por seus atributos físicos e falta de caráter. Considera-se, ainda, para o fato de que a palavra mulata deriva de mula, animal estéril proveniente do cruzamento entre jumento com égua ou cavalo com jumenta. O termo “mulata” é, dessa forma, altamente pejorativo, sendo estereótipo da mulher animalesca, cujo corpo possui apenas fins sexuais e não reprodutivos. Além da mulata sensual em *Gabriela*, destacamos a estonteante sexualidade de Rita Baiana, em *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo, que por sua vez descreve a personagem, como um diabo de saia, cheia de lascívia e perdição:

No seu farto cabelo negro e reluzente puxado sobre a nuca, havia um molho de manjerição e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. (AZEVEDO, 1995, p. 50).

Por sua vez, a negra Bertoleza, também, de *O Cortiço*, é reproduzida como um objeto, sendo que sua única utilidade é servir ao senhor, com seu trabalho e com seus favores sexuais:

Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. (AZEVEDO, 1995, p. 15).

A representação da mulher negra no espaço literário foi executada com base em estereótipos que a definem como objeto sexual e também como criada submissa. Tais modulações não deixam dúvidas quanto ao lugar reservado para a mulher negra na literatura.

Dignamara Pereira de Almeida Sousa e Daise Lilian Fonseca Dias (2013, p. 157) afirmam que uma das consequências das lutas feministas é o surgimento da profissão de escritora, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, embora com maior força no século XIX, sobretudo no contexto anglo-americano. Para as autoras (SOUZA; DIAS, 2013, p. 157) as primeiras escritoras passaram, de forma mais sistemática, a refletir sobre sua condição de subalterna e passaram a representar a si mesmas, enquanto mulheres, em romances, muitas vezes utilizando pseudônimos masculinos nas suas publicações, para não terem suas obras discriminadas por serem escritas por mulheres.

Na literatura brasileira, uma das primeiras mulheres que rompeu os limites do âmbito doméstico e alcançou as páginas dos grandes jornais foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, tendo residido em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, antes de se mudar para a Europa (DUARTE, 2003). Nísia Floresta acusava os homens de egoísmo por considerarem suas mulheres apenas como "crianças mimadas", ou "sua propriedade", ou "bonecas" disponíveis ao prazer masculino (DUARTE, 2003).

A importância do livro no empoderamento da mulher fica visível a partir da percepção das conquistas obtidas em diversos segmentos da vida em sociedade. Estas conquistas permeiam, simultaneamente, aspectos sociais, econômicos, culturais e jurídicos, na medida em que, é possível afirmar, que a autoria feminina representou papel crucial na construção dos direitos das mulheres, sendo caracterizado como importante instrumento reivindicatório e de emancipação coletiva. A construção desses direitos se expressa nas garantias conquistadas em diferentes momentos históricos, e, em síntese, pautam-se na luta pelo acesso a educação formal, ao voto, a liberdade sexual, contra a exploração do trabalho, discriminações e opressões de gênero.

A autoria feminina revela sua importância no momento em que as mulheres passam a ser vistas pela sociedade como partes responsáveis pela produção de cultura, ao mesmo tempo em que, contrariando as discriminações sedimentadas por uma sociedade patriarcal,

demonstram suas capacidades intelectuais, seja através da escrita artística, científica ou jornalística. A participação feminina nos espaços literários foi responsável por um gradual desfocamento de paradigmas que relegavam a mulher ao espaço doméstico, transformando aquelas que eram consideradas como “rainhas do lar” em produtoras de críticas e mobilizadoras de debates.

Para Dignamara Sousa e Daise Dias (2013, p. 152), no que se refere à posição social da mulher e sua presença no universo literário, as teorias críticas feministas colocaram em foco as circunstâncias sócio-históricas em que se encontravam as mulheres, circunstâncias estas entendidas como determinantes na produção das representações femininas no cenário literário. As autoras (2013, p. 152) ainda inferem que estas representações desmascararam os estereótipos negativos formados pela cultura patriarcal, que ilustravam a mulher no papel de anjo, louca e adúltera, por exemplo, assim como também mostraram a desconstrução desses estereótipos, por parte das autoras, as quais, quando puderam ter direito à pena, buscaram uma nova roupagem para a figuração da mulher no texto literário e, principalmente, na sociedade.

Ademais, o livro possibilita que a informação seja difundida geograficamente, promovendo o intercâmbio de ideias, produzindo reflexões que, ao longo de um processo histórico, viabilizam conseqüentes transformações sociais. O pensamento feminista, quando materializado na autoria feminina, é divulgado pelo globo terrestre, conferindo ao pensamento crítico a característica da mobilidade. É através da escrita, materializada nos livros e jornais, que as realizações das mulheres de países com sociedades mais igualitárias são exibidas às mulheres residentes em países mais opressores, revelando à sociedade um atraso histórico e grave defasagem cultural.

Os jornais que compreendiam em sua linha editorial o pensamento feminista, e que eram dirigidos por mulheres, encarregavam-se de publicar as primeiras notícias de mulheres brasileiras que faziam cursos universitários, no exterior e no país. Conforme expõe Constância Lima Duarte (2003), a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória sobre os conceitos brutais da educação atroficante naquela época em vigor. Ao mesmo tempo, a autora (DUARTE, 2003) refere que a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam sobre tais realizações femininas, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão. Conclui a autora (DUARTE, 2003) que a resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família, e que

apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos.

Sobre a característica da mobilidade da informação das realizações femininas, Constância Lima Duarte (2003) lembra-se da importância histórica do periódico feminista *O Corimbo*, de Porto Alegre, das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, que foi incansável na mobilização das mulheres e na divulgação dos avanços em outros países, sempre incentivando as conterrâneas a fazerem o mesmo. Segundo Pedro Maia Soares (*apud* DUARTE, 2003), com o tempo, o jornal teria se tornado uma "caixa de ressonância do feminismo brasileiro".

No final do século XIX outros jornais trataram de divulgar a posição social da mulher em outros países, como explica Constância Lima Duarte (2003) referindo que a publicação *Echo das damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, e que em 18 de abril de 1879, publicou a informação de que os Estados Unidos davam os mais aproveitáveis exemplos dos melhoramentos morais e materiais colhidos por uma nação que não apenas progredia em tecnologia e indústria, mas também cultivava a inteligência das mulheres.

Constância Lima Duarte (2003) afirma que a imprensa feminista foi responsável pela criação de uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e configurou-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas palavras de Dulcília Buitoni (*apud* DUARTE, 2003), tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer.

A literatura de autoria feminina representou avanços na conquista da liberdade de expressão e manifestação do pensamento da mulher, um dos direitos que era negado até certo período da história, junto de outros tantos outros que eram condicionados a vontade do sexo masculino. As leitoras, nas primeiras publicações feministas, colaboravam, através de cartas, de forma tímida e anônima, mas que representam, ainda assim, um passo importante na histórica trajetória emancipatória das mulheres.

A exposição das escritoras femininas acabou por incentivar a participação de muitas mulheres, que desempenharam importantes papéis enquanto leitoras e escritoras assíduas para jornais e revistas, tanto produzindo poesia quanto prosa, e escrevendo livros acerca de normas sociais, como Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), tudo isso apesar das restrições educacionais que lhes eram impostas (SOUZA; DIAS, p. 152). Neste sentido, as autoras (SOUZA; DIAS, p. 152) referem:

Percebe-se que as figuras femininas como as citadas até agora não se conformaram com a condição de submissão das mulheres e com o mal da estereotopia que as assolava, por isso reivindicaram direitos, publicaram textos a favor de melhores condições de vida e lutaram para que a sociedade patriarcal as ouvisse. Muitas foram silenciadas, uma minoria foi ouvida, mas, mesmo assim, suas palavras foram eternizadas em seus escritos, por exemplo.

Além disso, quando a mulher se identifica nos escritos críticos, artísticos ou jornalísticos de autoras também mulheres, passa a perceber que as opressões que sofre são estruturais e suportadas pela coletividade, momento em que a literatura é contemplada com uma importante representatividade feminina. Neste sentido, através da inclusão das reflexões feministas no mundo literário, a mulher é incentivada a se ilustrar, buscando sua emancipação. Conforme explicam Dignamara Sousa e Daise Dias (2013, p. 165), na história, a realidade das mulheres havia sido traçada pelo patriarcado, tendo como ditames a pureza, a responsabilidade, a virtude e a fidelidade ao marido. A educação feminina estava voltada para o espaço doméstico e, diferentemente do homem, não poderiam ter propriedades e desfrutar delas. A literatura, neste âmbito, foi responsável por uma quebra de paradigmas muito importante, conforme se observa do seguinte trecho (SOUZA; DIAS, 2013, p. 165):

Entretanto, como um grito em meio ao silenciamento em que viveram durante muitos séculos, algumas mulheres passaram a escrever textos de cunho filosófico e literário questionando esse padrão imposto pela sociedade patriarcal ao seu sexo. Dessa forma, elas reivindicaram direitos, contribuindo, em alguns aspectos, para a renovação da sociedade, evitando a reprodução, ou a perpetuação dos ideais disseminados pelo patriarcado, e construindo, por exemplo, o que se poderia denominar em pleno século XXI de uma respeitada tradição literária de autoria feminina. É verdade que as condições das mulheres são diferentes nas sociedades atuais, visto que elas podem trabalhar em grande parte dos setores antes dedicados exclusivamente aos homens, ter direito ao voto e à educação superior, assumir cargos públicos, entre outros. Mesmo que a realidade seja outra e o tempo também, as discussões em torno do papel feminino no meio social não podem ser limitadas a uma época específica, sobretudo porque há mulheres que ainda vivem em condições semelhantes àquelas citadas ao longo deste trabalho: de subalternas, enclausuradas na esfera privada, sofrendo abusos moral e sexual, dentre outros.

Do exposto, percebe-se que a literatura de autoria feminina carrega em sua existência um papel histórico de extrema importância no caminho da mulher em direção às liberdades. Tais liberdades consistiram, ao longo do tempo, na conquista dos direitos mais básicos, como o direito à alfabetização, a educação formal, a liberdade de expressão e manifestação do pensamento, bem como dos direitos políticos, o direito de votar e ser votada, o direito à liberdade sexual e a dignidade em todos os âmbitos da vida em sociedade. Através da literatura a mulher se faz presente no campo crítico, sendo capaz de adquirir e produzir

conhecimento, mobilizando pessoas e promovendo reflexões. É no livro que a mulher se empodera em uma luta crescente por igualdade.

3.2 Publicações de livros sobre o tema

Os estudos atuais acerca das narrativas de autoria feminina estão associados a uma realidade já determinada na literatura: a marginalização da escrita feminina. Durante um longo período, a partir dos pronunciamentos feministas, tenta-se retomar as obras realizadas por mulheres para que possam ser lidas, analisadas e incluídas ao modelo de leitores comuns, deixando de ser privilégio dos estudiosos.

Após vários anos de pesquisas sobre a produção literária feminina excluída da circulação editorial, sabe-se que as mulheres escreveram tanto quanto os homens, entretanto, muitas obras traçadas pelo estilo feminino não foram publicadas e se perderam no tempo e talvez esse tenha sido um dos motivos que as deixaram longe das historiografias literárias. Sem dúvida alguma, algumas medidas foram tomadas para que fossem silenciadas, abafadas, e não viessem a público.

A verdade é que, a sociedade patriarcal sempre manteve a mulher no setor privado, enquanto o homem se aventurava na esfera pública, livre para exercer todas as funções que desejasse. Presas em suas casas, sob os abusos dos pais e maridos, as mulheres não podiam escrever publicamente, uma vez que, pois eram comparadas às crianças: sem opinião, sem voz, sem direito de fala. Por isso, quando eram descobertas diante da escrita sofriam terríveis castigos e punições para que não voltassem a se intrometer na função que era permitida somente aos homens. Assim, tornou-se difícil instituir um corpus de escritoras; e, evidentemente, contar com a análise da crítica literária feminista, por ser esta ainda muito jovem.

Depois de uma primeira agitação no movimento feminista, em que mulheres lutaram pelo reconhecimento de direitos legais e cívicos, como direito ao voto, à educação, à igualdade de acesso e de oportunidades no ramo trabalhista. Devido a esse fato, houve uma expansão no que diz respeito à intervenção feminina, ou seja, a publicações de diversos livros que foram importantes no movimento no setor internacional, mas que de certa forma influenciou o movimento no Brasil, tais como: *O segundo sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, *A mística feminina* (1963) de Betty Friedman, *A política sexual* (1969) de Kate Millet. No feminismo negro, existem grandiosas referências de livros mulheres que lutaram pelos seus direitos, como: *Mulher, raça e classe* (1981) de Angela Davis, *Teoria feminista: de*

margem a centro (1984) de bell hooks e *Pensamento feminista negro* (1990) de Patricia Hill Collins.

Para dar início a nossa pesquisa sobre as mulheres e suas obras que foram relevantes para o empoderamento do movimento feminista no âmbito internacional, iremos introduzir com a francesa Simone de Beauvoir e sua obra *O segundo sexo* (1949), o livro se tornou o mais importante trabalho de reflexão filosófica e sociológica sobre a mulher e ajudou a traçar os caminhos do feminismo a partir de então. O livro é uma análise sobre a hierarquia dos sexos e a opressão da mulher em termos biológicos, históricos, sociais e políticos.

Para a sociedade da década de 1950, o livro foi um escândalo. As reações contra a obra foram violentas. Direita e esquerda passaram a ter algo em comum: reprovavam veementemente as ideias de Simone de Beauvoir, sobretudo aquelas expostas no capítulo sobre a maternidade, em que ela falava sobre o direito ao aborto.

(...) Viola-se mais profundamente a vida de uma mulher, dela exigindo-se filhos, do que regulamentando as ocupações dos cidadãos: nenhum Estado ousa jamais instituir o coito obrigatório. (...) Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proibem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 1970, p. 78-79).

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta assertiva possivelmente seja a maior de todas as provocações que o feminino na história pode trazer à revolução do pensamento social e político do último século. Beauvoir influenciou a cultura da possibilidade de compreender-se a si mesma, um tema tão sutil e evidente, tão original e constante nos embates da história. Segundo Céli Pinto a década de 1960 foi um marco importante para os Estados Unidos, pois além do lançamento da pílula anticoncepcional, a escritora Betty Friedan lançava sua obra, *A mística feminina* no ano de 1963. O livro surgiu a partir de relatos de várias outras mulheres que estavam insatisfeitas com suas vidas de domésticas, “o problema sem nome” como denominava Friedan, provocava principalmente as mulheres casadas, e foi perceptível a partir de sua experiência e de experiência com outras em que ela conheceu durante um trabalho. Conversou com diversas mulheres em relação às dificuldades com os filhos, o casamento, a casa e a comunidade. Afinal qual era o “problema sem nome” que assombrava tantas mulheres?

Era o sentimento de estar vazia, sentir-se incompleta; sentir-se incompreendida, sentir-se cansada e aborrecida com os filhos, chorar sem motivo aparente, eram algum dos problemas que assolavam essas mulheres. Muitas vezes esses problemas acabavam por serem tratados em consultórios médicos ou era temporariamente desviado com remédios.

A mídia tratou do “problema sem nome” publicando artigos em revistas femininas mencionando o fato de profissionais que davam manutenção e aparelhos domésticos, como incompetentes, o excesso de reunião de pais e mestres e até a questão da educação elevada das domésticas. Porém Friedan não concordou com essas explicações e resolveu apontar esse problema como “mística feminina” que deveriam ser tratados de maneira séria pela sociedade,

[...] O problema não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo ferve a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas-de-casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito "femininas" na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal. (FRIEDAN, 1971, p. 27).

O livro se tornou um fenômeno nos Estados Unidos e provocou, em muitas leitoras, o desejo de formar de uma associação. Em outubro de 1966, fundou-se, em Washington, uma Conferência Nacional, onde se constituiu a Organização Nacional de Mulheres, conhecida como *NOW – National Organization for Women*. À frente da organização estava Betty Friedan, a essa altura feminista assumida.

A política sexual, de Kate Millet foi lançado em 1969, logo depois da mística feminina de Friedan e juntamente com Betty, fez parte do *National Organization for Women*. Em sua obra, Millet enfatiza o posicionamento do patriarcado em relação à mulher, na qual a família passa a ser o espelho da sociedade e representa uma unidade básica do patriarcado, um de seus pilares fundamentais. É na família que categorias como temperamento, status e os papéis, são, pela primeira vez, adotados e assimilados com todo rigor e reproduzidos para a sociedade como modelos “originais” de comportamento para cada um dos sexos.

Millet afirma que teoria do patriarcado se propõe a demonstrar que o “sexo é uma categoria social impregnada de política” (MILLETT, 1975, p. 32 e 34), e que não está presente apenas na esfera da intimidade das pessoas, mas nas mais altas esferas do mais elevado poder, uma vez que, todas as instituições, como o exército, a indústria, a tecnologia, as universidades, a ciência, a política e as finanças, estão teoricamente em mãos masculinas. É uma relação essencialmente política, em que o poder e os privilégios favorecem apenas, aos homens.

A respeito das condições das mulheres negras, iremos dar início a obra *Mulher, Raça e Classe* de Angela Davis (1981). Ela que foi símbolo de luta, resistência, mulher negra revolucionária que representou para sua geração na década de 1960, uma postura de referência intelectual. A autora publicou outros livros que fazem reflexões, a mulheres negras, marxismo (filosofia), a questão prisional, a cultura, e a comunidade afro-americana. *Mulher, raça e classe* reflete as questões de opressão, sexismo e racismo, no qual Davis faz um apanhado desde a época da escravatura:

"a experiência acumulada de todas essas mulheres que trabalharam arduamente debaixo do chicote dos seus donos, trabalharam, protegeram as suas famílias, lutaram contra a escravatura, e foram batidas e violadas, mas nunca dominadas." (DAVIS, 1981, p. 70).

Davis também questiona sobre o fim da escravatura, que as mulheres negras continuaram a desempenhar as mesmas funções domésticas, mudando apenas as pessoas para quem elas trabalhavam, de donos de escravos, passaram a trabalhar para o patrão que procura incansavelmente explora-las para enriquecer à custa da das mulheres, que eles enxergavam como exploração.

É notável também na obra de Davis a relação das mulheres negras à luta das mulheres brancas feministas sobre a defesa do direito ao aborto e das políticas de controle de natalidade. Angela afirma que é diferente lutar pelo direito ao aborto como se luta pelo direito ao voto, pois o direito ao voto é desejar se libertar da opressão de ser mãe e dona de casa e também na pretensão de se vingar em trajetos políticos e profissionais. Lutar pelo direito ao aborto é exigir condições de realizar em segurança, não porque tem o desejo de ser mãe, mas sim por que não tem condições de ser, ou em outros casos porque o método contraceptivo falhou.

No Brasil, os estudos acerca desse tema revelam que diversas mulheres publicaram obras que foram significativas para o movimento feminista ou quem sabe a conquista de seus direitos como mulher. Destaque aqui para Nísia Floresta e sua obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil que rompeu as barreiras do setor privado. A obra foi inspirada em Mary Wollstonecraft⁶ e trata dos direitos das mulheres a inserção no trabalho e a exigir que fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.

⁶ *A Vindication of the rights of woman.*

Nísia declara em seu texto a reflexão aos homens sobre as condições de injustiças que viviam as mulheres naquela época, no entanto ela enfatiza a contribuição do homem para com as diferenças enraizadas entre os sexos:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. (FLORESTA apud CAMPOI, 1989, p.35).

O livro de Nísia Floresta mencionava o fato de ser absurdo considerar as ciências inúteis às mulheres. Sob o pretexto de que o estudo e as ciências tornariam as mulheres viciosas, "não pode ser, portanto, senão uma inveja baixa e indigna, que os induz a privar-nos das vantagens a que temos de um direito tão natural, como eles." (FLORESTA, 1989a, p.49). O tom revolucionário está na defesa da participação efetiva das mulheres em cargos públicos. Refere-se às noções gerais dos gêneros, num período em que as mulheres eram consideradas incapazes de exercer suas funções intelectuais. A maior ousadia do livro está em solicitar postos de trabalho e no governo, ou seja, o acesso das mulheres ao espaço público.

Para o movimento negro, Lélia Gonzalez foi de grande relevância por sua luta e contribuição no movimento das mulheres negras. A relevância das contribuições de Lélia para o pensamento social brasileiro acerca das relações raciais foi a desconstrução de uma das fundações do discurso da democracia racial: a "harmonia" no convívio sexual dos portugueses com as mulheres negras e também indígenas.

Gonzalez questionava a dominação do homem branco sobre as mulheres negras, desde o período da escravidão e que isso continuou afetando as mulheres após a abolição. Em sua concepção Lélia afirmava que as mulheres atuaram em duas condições: trabalhadora do eito e mucama. Essa primeira condição seria mulher como escrava produtiva e a segunda era responsável pela manutenção da "casa grande" e ainda a influência de exploração sexual. A autora afirma,

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem "educadas" ou estarem "bem vestidas" (afinal, "boa aparência", como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria "branca", unicamente atribuível a "brancas" ou "clarinhas"). (GONZALEZ, 1984, p. 230).

Conforme aponta Barreto, as responsabilidades profissionais estabelecidas às mulheres negras se sustentaram. Estas mesmas permaneceram encarregadas pela realização de trabalhos domésticos, como lavadeiras, empregadas domésticas etc. Enquanto a maioria dos homens afro-brasileiros não conseguia trabalhos formais, as mulheres passaram a ocupar uma posição de destaque dentro da comunidade, na maioria das vezes sustentando financeiramente as famílias. A “famosa” dupla jornada de trabalho muito citada atualmente, mas que já estava presente na vida delas, faziam com que se desdobrassem nos trabalhos dentro e fora de sua casa e ainda assumissem todas as responsabilidades para com seus filhos/as.

Em relação ao movimento feminista Lélia afirmava necessário as mulheres negras estarem dentro do movimento negro e não no movimento feminista,

(...) o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. (...) Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a liberação da mulher branca se tem feitos às custas da exploração da mulher negra (GONZALEZ, apud, BARRETO, p. 20).

Nesse sentido é possível perceber o papel fundamental da mulher em toda a sua trajetória buscando por direitos de se inserir na educação e nas políticas públicas. Na literatura encontramos inúmeras mulheres escritoras que deixaram seu legado ou de alguma forma protestaram pela melhoria de suas condições. Aqui tivemos exemplos de algumas delas que foram importantes, tanto em nível nacional quanto internacional, não foi aprofundado, pois achamos necessário abordar aquelas que a sua maneira foram fundamentais na luta.

3.3.1 *Quarto de despejo*, o livro

A estrutura de um livro é constituída por uma série de elementos que não necessariamente fazem parte do conteúdo apresentado no texto, mas sim acrescentam informações complementares para poder entendê-lo. Portanto para Araújo (2008), esses elementos estão divididos em três partes: os *Elementos pré-textuais*, que são considerados os elementos que aparecem antes do texto. Os *Elementos Textuais* são aqueles que aparecem junto ao texto. E Os *Elementos pós-textuais*, os quais são apresentados após o texto. Além do mais, existem os *Elementos Extratextuais*, que são aqueles que não estão incluídos nas demais classificações, tais como: capa, contracapa, orelha e lombada.

Os elementos pré-textuais antecedem o texto com informações que auxiliam na identificação e na utilização do livro. Essa estrutura, em virtude do grande número de

elementos é a que mais se presta a variações em sua disposição. Conforme Araújo (2008), os elementos pré-textuais estão divididos de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1 - Elementos estruturais do livro.

Elementos pré-textuais	Elementos textuais	Elementos pós-textuais	Elementos extratextuais
Falsa folha de rosto; folha de rosto; dedicatória; epígrafe; sumário; lista de ilustrações; lista de abreviaturas e siglas; prefácio; agradecimentos e introdução.	Páginas capitulares; páginas subcapitulares ou com titulação interna; fólios; cabeças; notas; elementos de apoio e iconografia.	Posfácio; apêndice; glossário; bibliografia; índice; colofão e errata.	primeira capa; segunda capa; terceira capa; quarta capa; primeira orelha; segunda orelha; sobrecapa e lombada.

Fonte: Autora

Figura 1 - Capa do livro “Quarto de despejo - diário de uma favelada”.



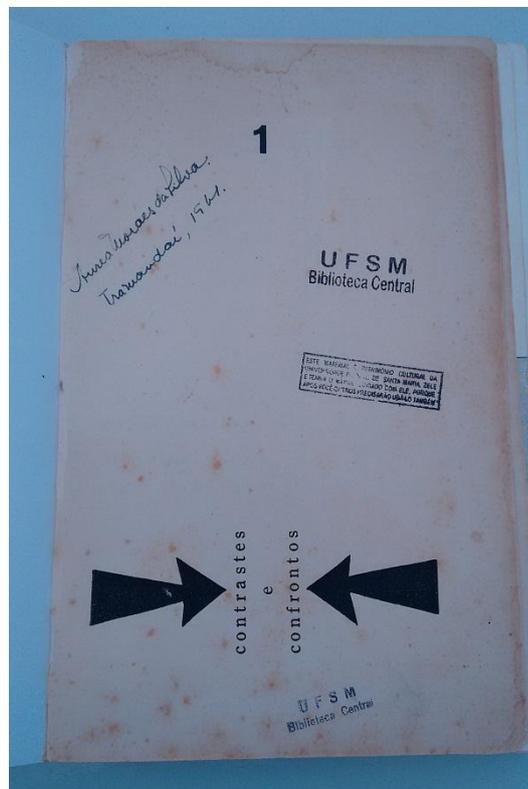
Fonte: Autora

Neste capítulo, portanto, analisaremos os elementos presentes na obra estudada, o livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Como a obra é do ano de 1960, alguns elementos não estarão presentes no livro pois, em algumas obras literárias são inadequados acrescentar elementos que não são importantes, como por exemplo, o sumário, a orelha, e por

se tratar de um livro simples de estória. O diário pertence à Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Na Figura 1 observamos a capa onde foi utilizado o desenho de um barraco, a ilustração remete à casa onde a autora do livro morava e a contracapa sem nenhum elemento.

Observamos que ao abrir o livro temos a falsa folha de rosto, conforme mostra a Figura 2. Na imagem notamos que aparece o número 1 em cima da página, o qual representa o volume da obra e o nome “contrastes e confrontos”, que significa a coleção em que a obra foi publicada.

Figura 2 - Falsa folha de rosto

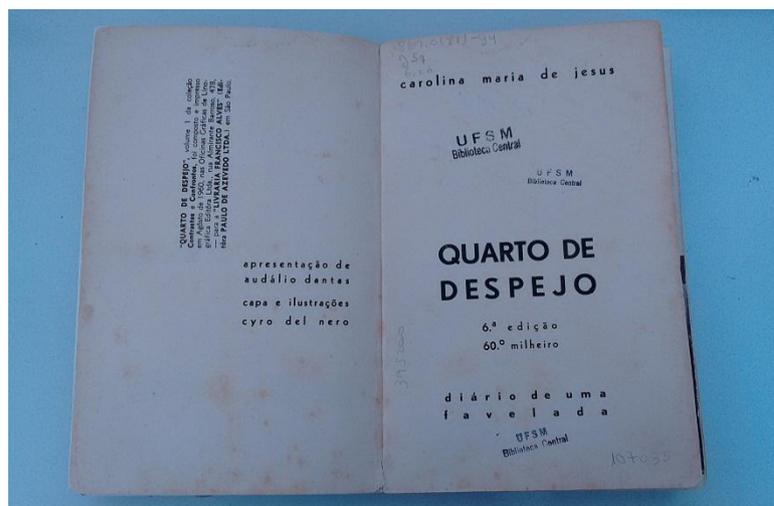


Fonte: Autora

A folha de rosto (Figura 3) apresenta duas páginas, em uma página apresenta a referência da obra completa juntamente com a apresentação de Audálio Dantas⁷, no qual escreveu o prefácio e os nomes de quem ilustrou alguns desenhos da obra e a capa. Na outra página, identifica-se o nome da autora em cima da página, no meio o nome da obra, embaixo o número da edição e por último o subtítulo do trabalho.

⁷ Foi responsável pela descoberta de Carolina na favela do Canindé.

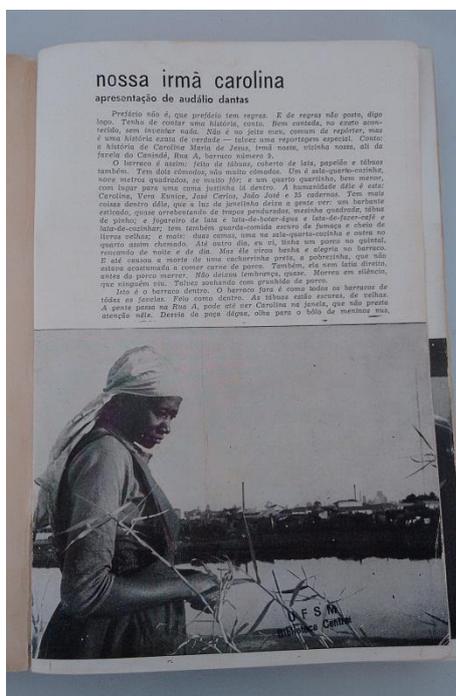
Figura 3 - Folha de rosto.



Fonte: Autora.

Em seguida, notamos a apresentação do livro (Figura 4), escrita pelo repórter Audálio Dantas, o próprio menciona que não gosta que seja chamado de prefácio, pois “prefácio tem regras” (DANTAS, 1960, Prefácio) por isso é mais uma história curta sobre a vida de Carolina e como a conheceu.

Figura 4 – Prefácio.



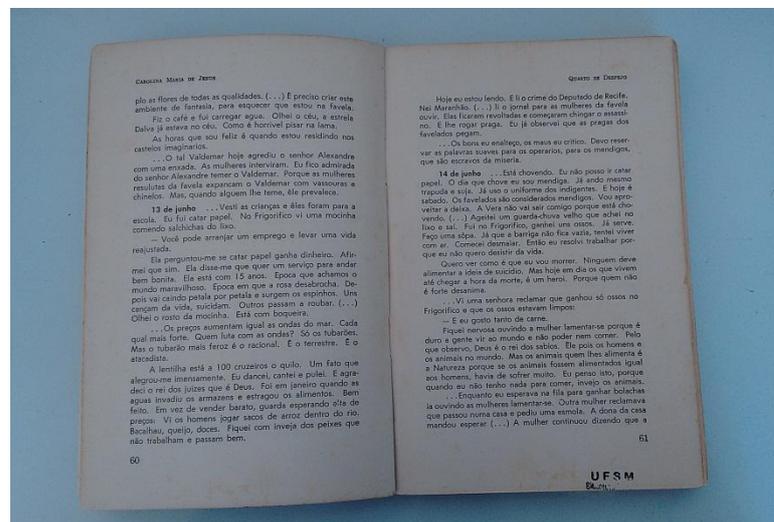
Fonte: Autora

A diagramação do livro segue o mesmo padrão sem nenhum elemento diferente. A autora utilizava as datas e os meses para relatar sua experiência de vida no barracão (Figura 5). Exemplifica-se com o trecho retirado da obra,

2 de maio de 1958 Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo (JESUS, 1960, p. 30).

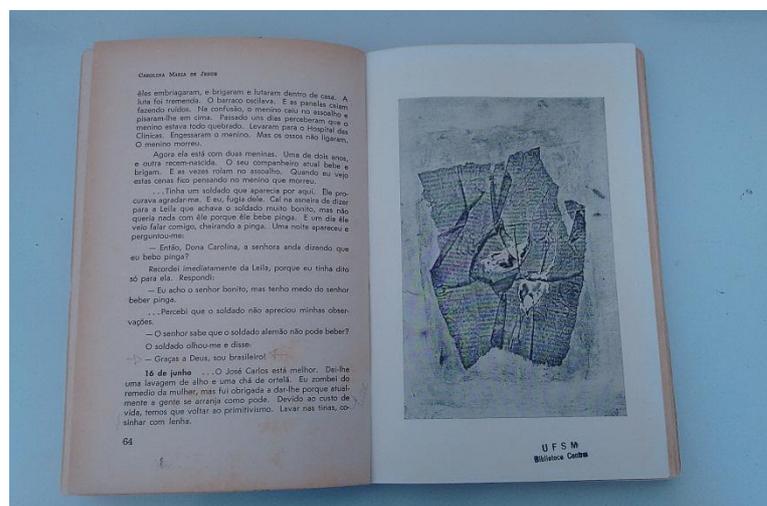
No livro, é possível notar, algumas ilustrações que expressam a vida de Carolina na favela, que foram desenhadas por Cyro del Nero (Figura 6).

Figura 5 - Páginas 60 e 61 do livro.



Fonte: Autora

Figura 6 - Página 64 e página com ilustração do livro.



Fonte: Autora.

O livro de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo* foi publicado pela editora Francisco Alves⁸, da capital paulista, em agosto de 1960. Dantas selecionou e cortou as passagens em um único diário, mantendo o título escolhido pela autora, somente acrescentando o subtítulo: *diário de uma favelada*. O nome do livro sugerido por Carolina, *Quarto de despejo*, foi intitulado pela imagem que a catadora tinha da favela, um lugar onde “lá jogavam homens e lixo, coisas imprestáveis que a cidade deixa de lado” (JESUS apud DANTAS, 1960, Prefácio).

No diário de Carolina, Audálio Dantas, não fez alteração de nenhuma palavra para que ficasse exatamente do jeito que a Carolina escreveu, mas teve de selecionar alguns trechos, pois a catadora, contava o seu dia inteiro, com todos os acontecidos, até ao ato de mexer a panela de feijão, a fome aparecia de forma espantosa nos seus trechos. Segundo Dantas, ele acrescentou vírgulas em alguns poucos trechos para que não houvesse interpretações ambíguas de frases. Similarmente, ocorreu com algumas “cedilhas” que foram descartadas por serem desnecessárias e o verbo “haver”, que Carolina entendia por apenas um “a”, confundido com um artigo, ganhou um “h” (DANTAS, 1960, Prefácio). O texto de Jesus manteve na forma original por expor a dura realidade vivida na favela, e a ortografia muitas vezes inalterada por conta de sua formação escolar. Para Araújo (2008),

O trabalho sobre o original não pode alterar muito esse componente básico do autor a que se chama ‘estilo’. Desde logo, por conseguinte, convém reconhecer os elementos intrínsecos da forma com que se apresenta o texto, vale dizer, a própria estrutura das orações, sua concatenação, seu ritmo, sua fluência, seu efeito, sua correção, seu estilo enfim. (ARAÚJO, 2008, p. 60).

Além disso, o estilo do texto consiste em um dado muito pessoal, uma vez que demonstra a capacidade de expressão de cada indivíduo (ARAÚJO, 2008). Carolina tinha certeza que sua história era interessante e inovadora, que por estar sempre atenta às literaturas, nunca tinha visto uma história como a dela. Muitos não acreditaram no seu potencial, devido ao seu nível escolar, escrita rude, erros gramaticais e ortográficos, ausência de concordância verbal, inexistência de pontuação, presentes em seu texto, razão pela qual descartaram a possibilidade de publicação de seu livro. Escreveu o que observou o que sentia todas as brigas dos vizinhos, histórias chocantes, barracos. Todos os dias um episódio novo, repleto de acontecimentos rotineiros.

⁸ Editora mais antiga do Brasil, mais informações disponível em: https://books.google.com.br/books?id=0b6ZYWrQtncC&printsec=frontcover&dq=a+hist%C3%B3rio+do+livro+no+Brasil&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

Conforme Araújo (2008), as maiores complexidades discorrem por conta dos textos literários, em que a liberdade do autor em fragmentar a boa atuação da gramática é praticamente ilimitada, como por exemplo, Guimarães Rosa, um dos casos-limite da literatura brasileira (ARAÚJO, 2008, p. 61). Por outro lado, na escrita diarística, é comum o autor se interessar por assuntos que lhe agradam, como por exemplo, o uso de código, a presença de símbolos. Tendo em vista que somente o autor do texto tem a capacidade de entender o que foi escrito e com isso permanecer confinados seus segredos pessoais. Contudo, Carolina não estava disposta a guardar o que escrevia em seu caderno, não tinha medo da exposição, tratou de temáticas do seu cotidiano, não fazendo nenhuma revelação íntima que causasse constrangimento para autora.

De acordo com Sérgio Barcellos (2015), ao todo são quinze cadernos escritos por Carolina de Jesus que deram origem a obra *Quarto de despejo*, e que os mesmo estiveram sob proteção de Audálio Dantas até 2012, quando ele doou à Biblioteca Nacional, com exceção de um caderno do período de 10/08/1959 a 26/10/1959, que foi doado para o Museu Afro Brasil, em São Paulo, também pelo jornalista. Além do livro estudado durante esse trabalho, Carolina escreveu *Casa de Alvenaria – diário de um ex-favelada*, que foi publicado no ano de 1961. Este livro conta sua história no período de 05 de maio de 1960 a 21 de maio de 1961, quando a catadora mudou-se da favela para uma casa que conseguiu comprar para morar, no bairro Santana. Em 1963, publicou o seu único romance titulado de *Pedaços da fome*, porém não teve a repercussão que gostaria. *Diário de bitita* foi publicado como livro póstumo, primeiramente na França no ano de 1982 e em 1986 no Brasil. Esse diário revela escritas com suas memórias de infância e juventude.

Conforme aponta Sérgio Barcellos (2015), na época atual existem sete instituições que guardam as ferramentas de Carolina, tanto em forma de cadernos autógrafos quanto na forma de microfimes. Para tanto, a quantidade de cadernos autógrafos, sem contar outros materiais diversos, calcularam-se: 37 cadernos em Sacramento; 14 cadernos na Biblioteca Nacional; 02 cadernos no Instituto Moreira Salles; 02 cadernos na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, USP; 01 caderno no Museu Afro Brasil, totalizando 56 cadernos. O próximo passo será discutir o método utilizado nesse trabalho, elencando referências sobre o estudo de caso.

4 APORTE METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO

Neste capítulo iremos articular as questões metodológicas utilizadas nesse estudo. Para isso, é necessário discutir o método de pesquisa para podermos conduzir a investigação de acordo com o que foi analisado. Para tanto, na pesquisa executada, em primeiro lugar fez-se a coleta do material bibliográfico a respeito do tema da pesquisa, e do problema de pesquisa que engloba, basicamente, conceitos de feminismo, além de buscar autores e referências que se dedicam a esse tema para essa pesquisa que são: feminismo, literatura e empoderamento. Conforme afirma Stumpf (2010),

A pesquisa bibliográfica é basicamente o ponto de partida para qualquer trabalho de pesquisa, pois vai desde a identificação, localização e a obtenção da bibliografia relevante sobre o assunto, até a apresentação de um texto, onde toda a literatura que o pesquisador examinou, esclarece o entendimento do pensamento dos autores, amplificando suas próprias ideias e opiniões. (STUMPF, 2010, p. 51).

Assim, para a pesquisa bibliográfica também é necessário a realização da revisão da literatura, pois ela introduziu problema até a análise das soluções. É de grande relevância que se faça a revisão da literatura, pois com isso o pesquisador vai sondar tudo aquilo que é de importância para o tema dele e inicia uma visão clara e objetiva do problema que irá investigar. Por isso, a revisão da literatura acompanha o trabalho acadêmico desde a sua construção até sua conclusão (STUMPF, 2010).

Uma etapa importante antes da realização de toda essa técnica, é o desenvolvimento do estado da arte, é o processo que dá início à pesquisa com uma série de autores que abrangem o tema em diversas especificidades. Esse tipo de procedimento facilita ao autor do trabalho, pois já conhece a literatura investigada. Outro método utilizado foi o estudo de caso, pois se classifica como processo qualitativo de pesquisa. Conforme aponta Yin (2001), o estudo de caso é uma análise empírica que investiga ao fenômeno contemporâneo no âmbito da vida real, quando os limites desse fenômeno e do contexto não estão notoriamente concretos. Isto é, significa que esse é o método utilizado para responder as questões “como” e “porque”, e é geralmente usado quando o pesquisador tem pouco conhecimento dos acontecimentos e dos fatos que está inserido na vida real.

Outro fator que revela Yin (2001) é que a pesquisa histórica também está elencada a essas indagações, portanto ela é aplicada quando não existe acesso, ou seja, está ligada ao passado “morto”. Assim, o método histórico contribui especialmente, quando nenhuma

pessoa importante ainda está viva para relatar, o que aconteceu, e quando o pesquisador deve confiar, como fonte principal de evidências, em documentos primários, secundários e artefatos físicos e culturais. Pode-se, naturalmente, fazer pesquisas históricas sobre acontecimentos contemporâneos. Dessa maneira, “a estratégia começa a se sobrepor à estratégia do estudo de caso” (YIN, 2001, p. 18). O estudo de caso como já mencionado é o método escolhido para analisar acontecimentos contemporâneos, porém não podem manipular comportamentos relevantes.

O estudo de caso dispõe das muitas técnicas aplicadas pelas pesquisas históricas, porém agrega duas fontes de evidências que normalmente não estão inseridas na lista de um historiador: é observação direta e a série sistemática de entrevistas. Ainda que os estudos de casos e as pesquisas históricas se complementam uma a outra, a diferença do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de indícios, assim como, documentos, artefatos, entrevistas e observações, além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 18). Nesse caso, utiliza-se o estudo de caso no problema de pesquisa, pois nos mostra a história de Carolina, tanto social quanto pessoal, buscando apresentar paradigmas e temáticas feministas na obra da autora, pois o diário trata de relatar a vida da favelada e como ela enxergava aquela triste realidade em que se encontrava.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso pode ser separado em quatro tipos de projetos, bem como: projetos de caso único holístico (unidade única de análise); projetos de caso único incorporado (unidades múltiplas de análise); projeto de casos múltiplos holísticos (unidade única de análise) e projeto de casos múltiplos incorporados (unidade múltiplas de análise). Para essa pesquisa, foi adotado o projeto de caso único holístico – unidade única e análise, visto que, de acordo com Yin,

O estudo de caso único é um projeto apropriado em várias circunstâncias. Primeiro, recorde-se de que um estudo de caso único é análogo a um experimento único (...). O caso único pode, então, ser utilizado para se determinar se as proposições de uma teoria são corretas ou se algum outro conjunto alternativo de explicações possa ser mais relevante (YIN, 2001, p. 49).

Ou seja, a escolha desse método foi devido ao objetivo desse estudo em analisar o livro de Carolina como ela produzia sua história contando em seu diário para que pudéssemos

chegar ao resultado da pesquisa, se a autora realmente era feminista e se de alguma maneira ela tinha consciência disso. Em seus trechos, Carolina inconscientemente fazia uma crítica social e política da situação em que vivia, e por ser favelada e semianalfabeta as pessoas não acreditavam que ela seria capaz de escrever um livro e publicá-lo.

Concedido isso, foi fundamental para o estudo fazer a coleta de evidências. Segundo Yin (2001) existe seis diferentes tipos de evidências das quais se destacam: documentos, registro em arquivo, entrevista, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Dentre eles, foram aplicados, documentos e registros em arquivo. Buscou a documentação por ser uma importante fonte de material, dada de várias formas, como: cartas, memorandos, agenda, atas de reuniões, relatórios de eventos, estudos formais, recortes de jornais, artigos publicados na mídia, documentos administrativos (DUARTE, 2010). Com essa técnica de coleta de dados, garantiu-se a documentação necessária para análise do estudo, que foram os artigos publicados na mídia, nos quais foram retiradas informações sobre a bibliografia de Carolina e também sobre conceitos de feminismo segundo as referências retiradas da obra da autora. Os registros em arquivos foram utilizados porque se aplica às fontes de registros pessoais e anotações, nesse caso o diário que foi analisado.

Para Mirian Goldenberg (2004), “o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais” (GOLDENBERG, 2004, p, 33). Considerando que o estudo de caso não é um método específico, mas sim uma análise holística, declarada como uma das mais amplas metodologias, que valoriza a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

Goldenberg (2004) aponta que o método de estudo de caso agrega o maior número de referências detalhadas, mediante diversas técnicas de pesquisa, com o propósito de assimilar a totalidade de uma situação e descrever a dificuldade de um fenômeno estudado. Através de um estudo aprofundado em um objeto definido, o estudo de caso garante a inserção na realidade social (GOLDENBERG, 2004, p. 33 e 34).

Não há regras sobre as técnicas usadas em um estudo de caso, Mirian (2004) afirma que “[...] depende do tema, do pesquisador e de seus pesquisados” (GOLDENBERG, 2004, p. 34). O pesquisador deve estar disposto a enfrentar uma infinidade de empecilhos teóricos e imprevisíveis, bem como, reorientar seu estudo.

Sintetizando, o estudo de caso é o método que contribui para a compreensão dos fenômenos sociais complexos, sejam individuais, organizacionais, sociais ou políticos. É o

estudo das peculiaridades, das diferenças daquilo que o torna único e por essa mesma razão o distingue ou o aproxima dos demais fenômenos (DUARTE, 2010).

Com base nas informações transpassadas nesse capítulo, propõe-se a seguir a análise de Carolina Maria de Jesus, baseados em conceitos feministas e de gênero em sua obra literária, *Quarto de despejo – diário de uma favelada*.

5 A ARTE LITERÁRIA E A PRESENÇA FEMININA

Apontaremos nesse capítulo a análise da obra de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, contextualizando com temáticas feministas presentes em seu texto. Nesta primeira parte faremos uma busca histórica sobre a vida de Carolina e estudaremos a premissa se de alguma forma a autora se identificava como feminista. Carolina era negra, favelada, semianalfabeta e resolveu denunciar através da escrita os males que viveu na favela do Canindé na década de 50. O próximo item discute a partir da obra da catadora, as temáticas feministas encontradas em seu texto, a partir de sua fala marginalizada.

5.1 Carolina Maria de Jesus, uma feminista?

No dia 14 de março de 1914 nasce Carolina Maria de Jesus em Sacramento, Minas Gerais, em que foi criada pela mãe e seu avô até seus quatorze anos de idade. Foi matriculada na primeira escola espírita do Brasil, o Colégio Allan Kardec, onde estudou até o segundo ano escolar, logo em seguida partiu junto de sua família para a cidade de Franca, interior de São Paulo, na qual trabalhou como empregada doméstica no decorrer de muitos anos (BARCELLOS, 2015). Sem opções de como iria se sustentar e sobreviver sem auxílio pelo motivo da morte de sua mãe, Carolina mudou-se para a favela do Canindé, às margens do rio Tietê, onde esperava seu primeiro filho, João José de Jesus, no ano de 1948, primogênito de uma rápida relação com um marinheiro português que em seguida a abandonou.

Sem recursos para conseguir trabalho, a mineira decidiu catar papéis e latas e com isso os vendia para sustentar sua família. Logo depois, Carolina com suas próprias mãos, arquitetou seu barraco, utilizando de restos de madeira, pedaços de lona que encontrava pela rua, sem a assistência de ninguém. Em meados dos anos 1950, nasceu seu segundo filho, José Carlos de Jesus, fruto de uma breve relação com um espanhol (BARCELLOS, 2015, p. 26), e mais tarde já esperava sua terceira cria Vera Eunice, filha do dono de uma fábrica e comerciante, porém da mesma forma que ocorreu em outros casos, foi desamparada por ele (BARCELLOS, 2015).

Carolina sempre procurou garantir a sobrevivência de seus três filhos, conforme o trecho que segue: “(...) Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los” (JESUS, 1960, p. 17), porém nunca abriu mão de ser escritora. Retirava do lixo o calçado, as roupas que vestia e até a comida, mas também recolhia do lixo, folhas de papel, caderno que colecionava, onde escrevia poemas contos, peças de teatros, provérbios, diários e as letras de

música que compunha (BARCELLOS apud OLIVEIRA, 2015, p. 289). Por ter sido considerada semianalfabeta, Carolina cometia múltiplos erros gramaticais, de ortografia e de concordância, pois inteirava sua escrita pelos padrões de oralidade devido a sua formação escolar. No entanto, a escrita lhe fazia se sentir bem, e mais do que isso, era uma atividade vigorante e um antídoto contra os apertos que ocorriam no cotidiano, a exemplo disso em um trecho de seu diário ela alega: “Quando fico nervosa, não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo” (JESUS, 1960, p. 24).

Morar na favela era doloroso e com seu hábito de escrever, Carolina imaginava o dia em que escreveria seu próprio livro. Com isso, executou seu sonho quando começou a escrever seu diário, narrando seus dias de sobrevivência, de luta e não se deixou abater pelo cansaço, fome e solidão, apesar disso buscou forças para relatar sua jornada durante a vida na favela. Segundo Audálio Dantas,

Carolina Maria de Jesus entende muito de miséria. Há muito tempo como ninguém dizia nada, ela resolveu dizer. E foi só achar um caderno ainda com folhas em branco e começar a contar. Transformou-se em voz de protesto. E há muitos anos grita, bem alto, em seus cadernos, gritos de todos os dias. Os seus gritos e os gritos dos outros, em diário. (DANTAS, 1960, Prefácio).

Enquanto fazia sua incansável busca por papéis e outros resíduos para poder vendê-los, Carolina gostava de apreciar os livros e jornais que localizava, pois tinha pena de se desfazer de materiais tão significativos, mesmo que essa troca dos objetos pelos alimentos e o dinheiro fosse necessário para o sustento de sua família.

Embora Carolina apreciasse a leitura e a escrita, era visível o desprezo que ela tinha aos atos alheios com quem dividia o espaço na favela: bebedeiras, brigas entre casais, péssimas condições de higiene, prostituição, mulheres exploradas, crítica aos políticos em época de eleição e suas visitas interesseiras. Classificava o Canindé como “sucursal do inferno, ou o próprio inferno” (JESUS, 1960, p. 158). Em muitas passagens de seu diário relatava as discussões que ocorriam durante o dia, a exemplo desses,

(...) A Silvia e o espôso já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente⁷ (JESUS, 1960, p. 15).⁹

⁹ Foi optado permanecer a ortografia que está na obra, pois assim possibilita enxergar a realidade do livro.

Com o tempo, Carolina já somava mais de trinta e cinco cadernos escritos, nesses cadernos foram contadas as histórias de moradores da Rua A, ou seja, os vizinhos mais próximos de onde residia Carolina. As pessoas citadas no diário tinham o conhecimento de que a favelada os mencionou de alguma forma, porém se sentiram incomodadas muitas vezes com essa exposição que a autora fazia sem a autorização das pessoas, como no trecho a seguir,

18 de dezembro: ...Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me: - Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver! (...) – E porque é que eu estou nisto? – Você está aqui por que naquele dia que o Armin brigou com você e começou a bater-te, você saiu correndo nua para a rua. Ela não gostou e disse-me: - O que é que a senhora ganha com isto? (JESUS, 1960, p. 138).

Entretanto, a catadora não deixou as ameaças fizessem-na mudar de ideia em relação à temática literária de sua obra, continuou registrando tudo o que acontecia e produziu seu próprio discurso e opinião no âmbito da realidade que viveu. Carolina apontou sua visão crítica de forma inteligente à maneira que ela entendia daquele ambiente social e precário em que enfrentava.

Em 1958, na favela do Canindé, ocorria a inauguração de um brinquedo para meninos em que a Prefeitura determinou que colocasse na favela, e durante a abertura, um grupo de rapazes fazia uso de forma inapropriada do brinquedo enquanto Carolina assistia a cena de maneira indignada com a atitude dos homens, intimou: “Deixe estar que eu vou botar vocês no meu livro!” (JESUS, 1960, Prefácio). Foi quando um jovem repórter, Audálio Dantas, em início de carreira, cobria um evento na favela e ouviu a ameaça da favelada e se interessou em saber que livro era aquele. Carolina mostrou a ele seus 35 cadernos que mantinha em seu barraco, e as anotações encantaram tanto o jornalista que logo saíram notícias em relação à favelada no *Jornal da Noite* e na *Revista O Cruzeiro*.

A obra de Carolina, *Quarto de despejo*, foi publicada em agosto de 1960, pela editora Francisco Alves. No dia de seu lançamento, Carolina foi até a livraria a pé, com seus três filhos, num dia chuvoso em São Paulo, chegou ao local e se deparou com o lugar lotado, pessoas brigando para entrar, a imprensa estava presente para noticiar aquela noite especial. Nesse dia autografou 600 exemplares. A partir daí sua vida mudou de rumo, foi assunto na mídia brasileira e em alguns países estrangeiros, onde seu livro já havia chegado. Foi traduzido para treze línguas e exportado para quarenta e três países. Falaremos mais adiante das outras obras produzidas por Carolina, no decorrer deste trabalho.

Carolina tinha o conhecimento da sua condição como uma mulher que “não pode ficar sem ler e que levanta para escrever”, não representava o modelo de mulher na sociedade, por ser catadora de lixo, mãe solteira, negra, moradora da favela nos anos de 1958. Em muitas passagens do seu diário, Carolina menciona o fato de não ter se casado como algo positivo em sua vida, porém em algumas citações de seu diário, dizia sentir falta da presença masculina para apoiá-la. Enxergava as mulheres da favela como escravas de seus maridos, muitas vezes por elas terem que trabalhar para sustentar seus filhos, embora tivesse seus homens em casa. No trecho a seguir, Carolina mostra às condições que as faveladas viviam:

(...) Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os espôsos adoecem e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os espôsos quando vê as espôsas manter o lar, não saram nunca mais (JESUS, 1960, p. 21 e 22).

Na realidade, o diferencial em Carolina era que o contexto social no qual ela se encontrava, não apresentava intelectuais, muito menos intelectual mulher e negra. Os favelados não tinham acesso à cultura, eram poucos que possuíam televisão, rádio, livros e revistas em seus barracos. O costume na favela eram as festividades e datas comemorativas, as procissões religiosas. Até aquele momento, o mundo da favela era representado e escrito apenas por quem estava fora dela.

É necessário levar em conta, que mesmo marginalizada, Carolina não se identificava com os moradores da favela, não acreditava que aquele lugar era sua casa, tendo em mente que sua estadia naquele barraco era provisória. Sendo assim, o uso da palavra denunciava o que acontecia ao seu redor, a autora via com olhos críticos o que os demais favelados não conseguiam enxergar. Em boa parte de seu diário, citava que se sentia incompreendida pelas pessoas que ali habitavam, devido a isso é que Carolina era capaz de refletir suas condições, ao mesmo tempo em que, era catadora e residente do referido lugar, se equiparando com os demais da favela.

Trata-se aqui, de que Carolina não apenas relatava suas atividades rotineiras, mas sim de narrar com viés reflexivo aquilo que estava acontecendo na classe marginalizada. Fato que ninguém mais marginalizado do que Carolina: negra, pobre, semianalfabeta, mulher e mãe de três filhos de pais diferentes. Impossível não destacar a marginalização em uma época que predominava o sistema capitalista, homem branco superior ao homem negro, e da superioridade do homem em relação a mulher. Carolina, embora soubesse de sua condição como mulher negra, não deixava de indagar seu lugar no mundo,

(...) O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém (JESUS, 1960, p. 65).

Conforme Andrade (2009), todos os escritos oferecidos pela autora, denominado como “lambança dos favelados”, é transposto por um caráter feminino: “que olha pela janela do barraco enquanto esquenta a mamadeira das crianças, que observa uma mulher apanhando e pensa que é melhor estar sem homem, que tem de parar de escrever para lavar roupa” (DALCASTAGNÈ apud ANDRADE, 2009, p. 09).

É notável aqui a submissão das mulheres aos homens, mais especificamente as mulheres negras. Durante o período de escravatura as mulheres serviam de objeto sexual do homem branco. É possível perceber o poder da opressão de gênero era intensificado pela questão da hierarquia social e étnica que definia o homem branco como senhor absoluto sobre os negros. Sendo assim, a mulher negra sofria, não somente na sua esfera como escravizada, mas também pela submissão sexual ao senhor, problema no qual a sociedade patriarcal era assumida como homem dominante da mulher.

Na literatura não foi diferente, a produção literária era exclusivamente tarefa masculina, muitas vezes, denominado em sua maioria por homens brancos e de alto poder aquisitivo. As mulheres eram submetidas às atividades domésticas, porém na modernidade isso mudou e fez com que diversas formas de representação tivessem a experiência na literatura feminina, como foi o caso de Carolina de Jesus. Nas palavras de Conceição Evaristo, ela afirma a representação da mulher negra na literatura, como:

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. (EVARISTO, 2005, p. 54).

Dessa forma, fica claro que a representatividade da escrita de uma mulher na perspectiva de Carolina, ainda como dominantes em sua própria história torna-se de grande importância na literatura. Fica evidente aqui que Carolina era apaixonada por livros e não resistia sequer deixar de ler ou escrever: “(...) Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem” (JESUS, 1960, p. 26).

Carolina denominava-se mulher independente, deixava claro em seu texto que não queria se casar, “(...) Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas” (JESUS, 1960, p. 18). As moradoras da favela descrimavam a lixeira por não possuir marido. O que Carolina de fato fazia era se dedicar aos seus filhos tentando dar uma vida digna a eles. “Não casei e não estou descontente. O que preferiu eram soezes e as condições que êles me impunham eram horríveis” (JESUS, 1960, p. 18). Ser solteira era visto como algo positivo, visto que, possibilitava maior independência e poderia permanecer até tarde da noite escrevendo seu livro.

A violência dos homens também é um bom motivo para o fato de Carolina continuar solteira, uma vez que elas, além de mendigar, apanham dos maridos. Outro aspecto que desonra a dignidade dos homens da favela é o alcoolismo, que, apesar disso, não é privilégio específico deles: as mulheres também bebem bastante e provocam muita confusão, o que as desonra ainda mais aos olhos de Carolina. A autora se coloca contra este vício, afirmando que “os ébrios não prosperam” (JESUS, 1995, p. 18). São frequentes, ao longo do diário, as referências a brigas, discussões e até mesmo assassinatos decorrentes da violência e do consumo exagerado de bebidas alcoólicas, sempre dentro do viés crítico de Carolina, que afirma não beber em hipótese nenhuma, a fim de não viciar no álcool e comprometer, com isso, a responsabilidade pela criação de seus filhos.

...Tinha um soldado que aparecia por aqui. Ele procurava agradar-me. E eu, fugia dele. Caí na asneira de dizer para a Leila que achava o soldado muito bonito, mas não queria nada com ele porque ele bebe pinga. Uma noite apareceu e perguntou-me:

- Então, Dona Carolina, a senhora anda dizendo que eu bebo pinga?

(...) Respondi: - Eu acho o senhor bonito, mas tenho medo do senhor beber pinga (JESUS, 1960, p. 64).

Além de narrar as suas indignações em relação a outras mulheres, Carolina descrevia a situação de diferentes moradoras na qual compartilhava aquele mesmo ambiente malcheiroso. Da sua maneira crítica a autora costumava relatar a conduta das moças mais novas que lá residiam, “...Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras (...)” (JESUS, 1960, p. 20). Carolina ainda cita que “(...) os de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho”(JESUS, 1960, p. 20). Para Mariza Bahia, a memória feminina, isto é que registra sua história e a história de outras mulheres, através de sua voz própria significa,

A escritura feminina não é, portanto, o lírico, o poético, o memorialístico, numa configuração de gênero ou espécie, mas uma forma de escrita que, valendo-se destes

recursos escriturais, aponta uma presença da mulher onde ela sempre foi ausente: o de narradora de sua própria história (BAHIA apud ANDRADE, 2000, p. 4).

Logo, o que se espera de mulheres como Carolina, é de que assumam a posição de dona de sua própria história, não se esperam que escrevam romances bonitos tal qual faziam as burguesas do século XIX. Mulheres que tem o que dizer, não querem contos romantizados, escrevem aquilo que as cercam é a necessidade de relatar o que lhes falta e gritar aquilo que foi silenciado.

Não há como não notar o aspecto de Carolina mãe: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais?’. Esta palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais.” (JESUS, 1960, p. 39). Refere-se a aquela mãe que procura diariamente alimento para os filhos, o que muitas vezes ocorre de se encontrar apenas no lixo. A ausência do homem é, no entanto penoso para Carolina em alguns momentos de seu diário: “Êles [os filhos] não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar.” (JESUS, 1960, p. 24). Suas queixas são semelhantes às de muitas outras mulheres que se enxergavam como as únicas responsáveis pelos próprios filhos, como se os mesmos não tivessem um pai.

De acordo com Greyce Bellin, com o advento da burguesia, amplificando a escolarização das sociedades altas e médias, a manifestação do romance sentimental do século XVIII, dado a isso surge no âmbito de leitores, sendo que as mulheres passam a serem as principais leitoras desses romances, que discutiam temáticas ditas “femininas”, como por exemplo, o casamento por interesse, a aquisição de um grande amor, as frustrações amorosas, ciúmes e infidelidade. Essas leituras causaram o estereótipo do literário feminino, pois idealizavam a mulher leitora como um ser solitário do mundo exterior, que enxergava nos enredos ficcionais uma tentativa de fugir da realidade. Dito isso, o movimento feminista encontrou a leitura como forma de resistência, desconstruiu os estereótipos relacionados à leitura feminina, uma vez que, a leitora feminista, diferente da mulher que manuseia uma obra de ficção sem criticar e investigar, nunca se perde nas páginas de um romance, sempre indagando a herança cultural e literária da qual é subordinada.

Tempos mais tarde, a crítica feminista mudou de foco e passou a explorar obras de escritoras mulheres. Porém a literatura estava separada entre o masculino que era o criador, “sujeito de representação”, e o feminino era criado, “sujeito de tal representação”. Desta forma, a literatura, não era feita para as mulheres, que conseqüentemente se tornaram “escritas”, transformando-se diversas vezes em personagens importantes, mas não autoras. (BELLIN, 2012, p. 4).

Conforme as reflexões de Elaine Showalter, as leituras concebiam uma reflexão dos estereótipos sexuais exibidos nas obras de literários masculinos, nos estudos feministas incomodava-lhe a dedicação sobre toda a literatura, presumia que era mais favorável, estudar a literatura escrita por mulheres. Showalter faz comparações em uma escrita feminina e uma escrita masculina, porém ela acredita que não necessariamente exista diferença na linguagem feminina, senão uma cultura da mulher, isto é: “uma teoria que incorpora ideias a respeito do corpo, da linguagem e da psique da mulher, mas as interpreta em relação aos contextos sociais nos quais elas ocorrem” (SHOWALTER apud BELLIN, 1994, p. 5).

Esse é o caso da obra de Carolina, no qual se refere a um contexto social marginalizado, em que a autora se encontra, e não apenas a literatura nos mostra questões raciais e de gênero, mas também a crítica feminista faz do texto literário e da sociedade em que se encontra. Diversas vezes em seu livro, Carolina menciona as mulheres de forma negativa: “Tenho pavor destas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha. Está circulando rumor que eu estou grávida! E eu não sabia!” (JESUS, 1960, p. 15). Outro aspecto marcante presente em Carolina é o fato de ser tolerante com as crianças, pensava que os adultos que discutiam com os menores eram pessoas intolerantes, “(...) Mas eu não encontro defeito nas crianças. (...) Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis”. (JESUS, 1960, p. 17).

A sexualização precoce das crianças também era alvo de crítica no livro de Carolina, de fato isso mostrava como a mulher era vista de forma negativa diante dos olhos da favelada, conforme no trecho a seguir:

... E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai para a rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate -fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetáculo para o Zé Povinho. Depois começam os comentários entre as crianças (...) Tudo o que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez (JESUS, 1960, p. 46)

Dessa forma, é perceptível que, embora as mulheres também sofram com seus maridos por apanharem, a culpa pela exibição precoce das crianças à sexualidade é da mulher alcoólatra, o que insinua uma visão brutalizada e pouca exaltação da figura feminina, compreendida como um ser nocivo para a favela. A autora ainda salienta, em vários trechos do diário, que diversos casais fazem sexo na frente das crianças, coisa que ela, Carolina, evita com toda a determinação: “eu não durmo com ninguém perto dos meus filhos” (JESUS, 1960,

p. 150). Assim, Carolina, além de assumir uma posição criticamente em referência às atitudes censuráveis destas mulheres, manifesta aspectos que a diferenciam delas, tornando-se, conforme já mencionado, um ser singular dentro do universo bagunçado dos favelados.

Assim, é significativo evidenciar a presença, em várias passagens de *Quarto de despejo*, de uma conexão entre a figura feminina e o aspecto professoral que Carolina deveria responsabilizar-se perante as crianças e os adolescentes. Conforme sabemos, ser professor (a) é algo culturalmente associado ao feminino, uma vez que compete à mulher educar seus filhos e ensinar-lhes as melhores maneiras de comportar-se no mundo. Este discurso está presente nas frequentes comparações à educação dos filhos e nas preocupações contínuas com as atitudes das crianças. Quando seu filho José Carlos é acusado de abusar de uma menina, Carolina desabafa: “se ele fez isso quem há de interná-lo sou eu. Chorei.” (JESUS, 1960, p. 86). No entanto, ao passo que a autora se mostra preocupada com o comportamento de seus filhos, o mesmo não parece acontecer com as outras mulheres da favela, que bebem e induzem seus filhos a faltarem respeito com os mais velhos. Isto fica claro quase ao final do diário, no seguinte diálogo entre a autora e outra personagem: “A Aparecida veio dizer que o João mandou ela tomar no.... Eu disse: vocês são as professoras. Quando bebem falam coisas horríveis” (JESUS, 1960, p. 166-167).

Reitera-se, mais uma vez, a representação negativa da figura feminina, percebida como influência nociva para os próprios filhos e os filhos das outras, no sentido de que não cumpre de forma correta o papel educacional que lhe é culturalmente atribuído. São mulheres representadas como fofoqueiras, promíscuas, briguintas e alcoólatras, ao passo que os homens são classificados como pessoas mais tolerantes e quase indefesos, das quais a violência é provocada pelas ofensas das esposas: “ele não queria espancá-la. Mas ela desclassificou-lhe demais.” (JESUS, 1960, p. 85). Carolina cita a torneira da favela, onde todos vão buscar água pela manhã, como o lugar no qual acontecem intrigas e das fofocas femininas, estabelecendo um contraponto interessante: “era só homens que estavam na torneira. Ninguém falava. Enchiam as vasilhas e saíam. Pensei: se fosse mulheres...” (JESUS, 1960, p. 132). Esta diferença na representação dos gêneros masculino e feminino sugere uma relação desigual entre os sexos, na qual a personagem feminina passa a ser a vilã e o personagem masculino, a vítima de suas atitudes condenáveis. Desta forma, o olhar depreciativo de Carolina em relação às mulheres é significativo, pois sinaliza uma mudança nas relações de gênero não só dentro do contexto da favela, mas da própria sociedade.

Ao longo do diário, percebemos que a tarefa da escrita é associada a atividades domésticas: “enquanto as panelas fervia eu escrevi um pouco” (JESUS, 1960, p. 20). A autora

também declara que gosta de manusear um livro e que “há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá: isto é mentira! Mas, as misérias são reais” (JESUS, 1960, p. 47). A partir desta afirmação, é possível problematizar não só o lugar da mulher escritora como também as relações entre escrita e realidade, uma vez que Carolina parece ter consciência de tal relação.

Além disso, a própria Carolina parece se identificar como escritora, pois envia seus escritos para a revista norte-americana *Seleções* e cita seu desagrado quando eles são recusados: “Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado meus membros (...) *A pior bofetada* para quem escreve é a devolução de sua obra” (JESUS, 1960, p. 147). A escrita funciona também como um mecanismo de válvula de escape, de fuga em relação aos problemas cotidianos enfrentados na favela: “enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela” (JESUS, 1960, p. 59-60). A partir de tais afirmações, somos capazes de perceber o quanto Carolina estava consciente não só de sua condição social, étnica e de gênero, como também de seu papel como escritora e das funções que a obra literária pode exercer na vida do indivíduo e também na sociedade. Mas a estranheza da sociedade sobre a escritora é mútua, de um lado os favelados que nunca a tinham visto como igual, do outro o “mundo de alvenaria”, a elite letrada que não a aceita porque Carolina representa tudo o que não devia ser. Segundo Eliana Castro,

Carolina não corresponde aos estereótipos e sempre surpreende. Negra espera-se que seja humilde, mas não é. Mulher, espera-se que seja submissa, mas não é. Semianalfabeta, espera-se que seja ignorante, mas não é. E não sendo o que se espera dela, é rejeitada como pessoa pela sociedade e incompreendida com escritora (CASTRO apud SANTOS, 2007, p. 9).

A escritora Virginia Woolf, no célebre *Um teto todo seu*, manifesta: “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende escrever ficção” (WOOLF, 1994, p. 8). Isto é, para poder produzir literatura, as mulheres necessitariam de um quarto que pudesse ser apenas delas sem incômodo de qualquer pessoa, e uma renda de, aproximadamente, 500 libras. Tais afirmações, além de indicarem o aspecto da escrita feminina refere-se às condições de produção literária, estabelecem para a mentalidade feminista que estava surgindo em 1929, ano em que o texto foi publicado. O sentido dos apontamentos de Woolf pode ser compreendido quando consideramos alguns aspectos de sua biografia. A escritora, ao contrário de Carolina, desfrutava de boas condições financeiras que possibilitaram a sua produção, tendo dedicado sua vida à literatura. O mesmo não ocorre com a autora de *Quarto de despejo*, que precisa lutar dia a dia pela sua sobrevivência e para garantir a alimentação de

seus filhos. Assim, o “teto todo seu” de Woolf se converte no barracão da favela, no quarto de despejo de Carolina, o que sinaliza as dimensões das condições de produção da literatura.

Além disso, destaca-se na escrita de Carolina a construção de uma imagem da mulher brasileira que luta incansavelmente pelo sustento dos filhos e pela própria sobrevivência. Trata-se de uma mulher que não desfruta das condições básicas de vida, que se vê como vítima do preconceito dos outros – e, inclusive, de outras mulheres –, quando não de seu juízo pessoal, que ainda luta por libertar-se de valores corrompidos de uma sociedade hipócrita. É a mulher enquanto ser que age e quer espaço para agir que se encontra em Quarto de despejo. Não se trata de uma imagem construída sob o ponto de vista adulterado do “de fora”, senão que a própria mulher falando de si e daquilo que vê como sendo parte de seu convívio. É a mulher que sabe ser mulher e que requer o direito de escrever a própria história.

Com a ascensão da crítica feminista e dos estudos de gênero na contemporaneidade, tal análise se torna produtiva, uma vez que revela as relações entre literatura e sociedade, assim como as estruturas de poder que sempre permearam as relações entre o masculino e o feminino, principalmente no que diz respeito ao fazer literário. E é esta nova abordagem que torna possível não só a produção de obras por parte das camadas menos favorecidas da sociedade, como também o surgimento de uma nova concepção de literatura, que deixa de centrar-se apenas na experiência dos homens brancos de classes elevadas para centrar-se na experiência de mulheres, negros (as) e moradores (as) das favelas.

Em 1962, lançou o segundo diário, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, bastante esperado pelo mesmo público de Quarto de Despejo. Este diário teve como tema central a sua nova vida na residência do bairro nobre, onde vivia entre os indivíduos da classe média, tendo sido publicado ainda com o selo da mesma editora, e prefaciada por Audálio Dantas. Mas, devido a sua baixa venda em relação à primeira obra, a editora e o agente literário desistiram de suas demais obras inéditas. Nesse foi publicado sua terceira obra *Pedaços da fome*, no ano de 1963, pela editora Aquila. Essa obra quebra a sequência de diários lançados pela autora, pois se trata de um romance.

Logo depois dos lançamentos das três obras de Carolina, foi publicado *Diário de Bitita* que primeiramente foi lançado na França, em 1982, depois que Carolina entregou seus escritos a um editor francês pouco antes de sua morte, em 1977. Nessa época, a autora já residia em uma pequena chácara no bairro de Palheiros, e a glória de *Quarto de Despejo*, bem como a admiração de Carolina Maria de Jesus haviam sumido. No Brasil, *Diário de Bitita* foi publicado somente quatro anos depois, em 1986, tendo apenas uma edição. O livro conta história de vida da autora no período de sua infância e juventude, na cidade de São

Paulo. Relata as experiências vividas com seus familiares, discriminações sofridas, um cotidiano rural e pobre, tais relatos mencionam a trajetória singular de Carolina e expressam as características sociais e culturais daquela época.

5.2 Temáticas feministas em “Quarto de despejo, diário de uma favelada”

A obra Quarto de despejo – diário de uma favelada é narrado conforme no capítulo anterior, a partir da realidade vivida na favela pela catadora de lixo Carolina Maria de Jesus. Ela procurava na escrita uma forma de denunciar sua incansável busca por alimento e com seu olhar crítico sobre as causas sociais e políticas na favela. O diário começa no dia 15 de julho de 1955, dia do aniversário de sua filha Vera Eunice,

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 1960, p. 13).

Foi com esse relato que Carolina, contou sua trajetória movida a tristeza e miséria. O diário foi descrito de modo sincero, expondo as angústias e mal-estar da autora. É perceptível em sua escrita a força da voz feminina e marginal que possui, em todos os sentidos, sejam étnicos, sociais e de gênero, conseguiu romper todas as barreiras sociais chamando a atenção do público.

Carolina de Jesus ouve, lê, lembra e escreve outras vozes reportando em seu diário. A escritora torna-se sujeito de sua história narrando todas suas atividades do dia, inclusive outros sujeitos. E, traçando com sua narrativa a inscrição de si mesma, mostra como é a vida na comunidade e quais as dificuldades, por exemplo, que uma mulher marginalizada pela condição social é obrigada a enfrentar.

Segundo Pierre Bourdieu (1999, p. 82), “delas [as mulheres] se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. E qualquer outra conduta feminina que não coincide nas representações do feminino imaginado pelo masculino (mulher como boa mãe e esposa) era lido como desonra. Carolina de Jesus, portanto, rompe com valores e comportamentos esperados de uma mulher em fins de 1950, no dia 7 de julho de 1958, para se defender, diz: “Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nortista está me dando aulas. Se vai me bater pode vir” (JESUS, 1960, p. 82). É evidente nesse excerto, a postura de mulher corajosa e empoderada ao se defender utilizando de objetos cortantes, diante de homem que não conhecia.

A escritora, portanto, contraria o sistema familiar pré-estabelecido como “normal”, segundo o qual os homens deveriam ocupar o lugar de provedores financeiros e chefes de família e as mulheres encarregarem-se das atividades domésticas, como cuidar dos filhos, da casa, da comida, entre outros afazeres. A própria escritora lembra que recebeu uma educação voltada às “atividades de mulher”: “Eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho” (JESUS, 1960, p. 49). No entanto, o seu projeto de futuro era outro:

Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a história do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só li os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:
 — Porque a senhora não faz eu virar homem?
 Ela dizia:
 — Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem. Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando (JESUS, 1960, p. 54-55).

Na época, a profissão de professora era o que poderia garantir um mínimo de emancipação à mulher em termos de ocupar o mercado de trabalho. Porém, a escritora queria mais: como só os homens tinham cargos importantes e ocupavam a esfera do poder, fazendo-a constatar que não poderia exercer nenhum deles sendo mulher, logo procurava, em uma fantasia literária, o final do arco-íris e o lugar onde, segundo as estórias de sua mãe, poderia se transformar em homem e, assumir a condição, se caso fosse, de defensor da pátria. A mulher, desde nova, era educada para exercer o papel de esposa e mãe dentro de um lar dotado pela figura masculina. O próprio filho de Carolina de Jesus, em certa situação, questiona a ausência da figura masculina, identificada por ele como mais oportuna aos trabalhos pesados do que a mãe:

Coloquei as madeiras de vários modos. Ora ficava dianteira ora traseira. Percebi que precisava trazer em duas vezes. O que é preciso fazer eu faço sem achar que é sacrifício. Na Rua Araguaia com a Rua Canindé tem muita lama e eu encontrei dificuldade porque eu estava descalça e os meus pés deslizava na lama. Não havia possibilidade de firmar os pés. Eu escorregava. Apareceu um senhor e empurrou a carrocinha para mim. Me disse para eu ajeitar as tábuas que escorregaram da carrocinha. E o José vendo minha luta me disse:
 — Por que é que a senhora não se casou? Agora a senhora tinha homem para ajudar (JESUS, 1960, p. 86).

A escritora se sente grata por não aderir ao matrimônio, pois, por mais que sofresse preconceitos por ser mãe solteira nos anos de 1950, ela se tranquiliza por não sofrer as agressões domésticas. Dessa maneira, sente-se vitoriosa por viver independente. Além disso,

ela mesma afirma que homem nenhum aguentaria viver com uma mulher que acorda e dorme com um lápis na mão.

Por se considerar uma mulher independente, Carolina mantinha posições completamente conservadoras, principalmente no que diz respeito ao corpo: “A pitita estava seminua. E as partes que a mulher deve ocultar-se estava visível” (JESUS, 1960, p, 132). Consequentemente, é notável a autora repudiava a maneira que as mulheres mostravam o corpo. Considera que tal posição se dê ao fato da influência ser nocivo para as crianças, fazendo com que elas tivessem contato com sexualidade precocemente.

No entanto, quando Carolina de Jesus não consegue o mantimento do dia, às vezes se queixa da sua condição dupla de chefe de família e dona-de-casa. Assim sendo, a favelada teve de converter-se em papéis considerados masculinos para poder continuar a sua história de luta e sobrevivência na favela do Canindé em São Paulo. Nota-se que a escritora sempre foi independente em relação ao homem, ao decorrer de seu diário deixou claro que não precisava de um marido para lhe sustentar, isso significa que Carolina por mais que as condições não lhe eram favoráveis, podia ser considerada uma pessoa empoderada. Era uma mulher fragmentada diante dos vários papéis sociais a ser vivido, Carolina de Jesus às vezes se revoltava. Certo dia, não possuindo dinheiro para comprar comida, lembra que saiu para catar papel, nervosa com diversas coisas: Vera Eunice estava doente, o José Carlos se negava ir à escola, porque não tinha um calçado e estava frio. Nas palavras da escritora:

Eu estava tão nervosa! Acho que se eu estivesse num campo de batalha, não ia sobrar ninguém com vida. Eu pensava nas roupas pra lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai (JESUS, 1960, p. 66).

Acompanhando o cotidiano de Carolina de Jesus, observamos desenhar-se a vida de muitas mulheres que têm de encontrar forças sobre-humanas para alcançar sustento para si e para os filhos vivendo uma rotina de fome, miséria e decepção. A história de Carolina Maria de Jesus, podemos dizer, é a história de várias mulheres que lutam pelo ganha-pão.

É possível perceber que Carolina procurava representar um papel que a distinguia dos demais. Ela se manifestava de maneira diferente, agia de forma distinta dos outros moradores da favela, procurava manter-se afastada dos vizinhos por conta das brigas, repudiava o álcool e a forma promiscua que ela enxergava as pessoas mostrar o corpo na favela. Porém Carolina continuava com sua aparência de favelada, similarmente com o ambiente em que vivia e isso de certa forma causava estranheza nos outros moradores do Canindé.

Outro modo no qual Carolina se mostrava diferente dos demais moradores da favela, era em relação ao álcool. A autora não bebia pois sabia das consequências que isso lhe causaria, portanto criticava quem fazia uso dessa bebida nociva:

...Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no álcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar meu dinheiro em livros do que no álcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer:
- Muito bem, Carolina! (JESUS, 1960, p. 73).

Dessa forma, Carolina fazia de sua escrita o seu lugar de resistência e de existência. Ela executava sua própria sociologia, sistematizando, “a realidade de modo a torná-la inteligível e de maneira a tornar compreensíveis as ações realizadas”. (BARCELLOS apud FORTUNA apud CHAUI, 1993, p. 310). Escrever lhe possibilitava a captar os problemas sociais, políticos, a fome, e especialmente a resistir e a ser.

Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna. (...) O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. (...) Já habituei-me a andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (JESUS, 1960, p. 23).

Segundo Fortuna, a autora usava de seu corpo como forma de resistência também. Em sua obra, Carolina mencionava o seu corpo e aos dos outros fazendo referências a fome, cansaço, indisposição –sua-, sexo e bebedeiras –dos outros-. Parece perceptível como havia sempre aflição em relação à miséria e a resistência. Seu corpo era o lugar em que ela resistia aos seus empecilhos individuais e as questões que a perturbavam no lugar em que residia.

Os textos de Carolina de Jesus não eram propriamente um protesto político, a autora denunciava o comodismo, a violência, a falta de educação; de estrutura e, sobretudo nos âmbitos de opressões nas quais a lixeira passou. Pode-se considerar que a escrita da autora é de crítica política quanto social à classe dominante, que nada fazem para mudar as péssimas condições de vida dos “desfavorecidos”.

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitoraes. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. (...) Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Camara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais (JESUS, 1960, p. 33).

Carolina obtinha uma visão de mundo avançada para a sua classe e época. Ainda hoje, passados cinquenta anos de publicação de *Quarto de despejo*, não sabemos dizer o que causou

mais impacto nessas narrativas, se fora a atitude ou a linguagem, considerando que a obra foi completamente inovadora em discurso, temática e sujeito atuante da escrita. Carolina pertenceu a um meio que a excluiu e, ao mesmo tempo, não conseguiu se encaixar na sociedade erudita pela sua história de vida, raça e audácia. Foi mulher de muita fibra, consciência racial e social. A partir da sua escrita levantou algumas bandeiras em prol das minorias, e isso se fez muito presente em seu texto,

(...) Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o paiz dos políticos açambarcadores (JESUS, 1960, p. 40).

A postura de mulher autossuficiente sempre foi reprimida em diversas sociedades, classes e culturas, atrapalhando o discurso até mesmo de outras escritoras mais ilustres da nossa literatura. Carolina não teve medo de se expor e sustentar sua fala desvalorizada. Sabia a razão de sua escrita e deixou evidente, no excerto abaixo, aonde pretendia chegar:

10 de junho (...) Fui no parque buscar a Vera. E mostrei-lhe a revista. Eu fui comprar meio quilo de carne. Quando voltei para a favela passei no Emporio do senhor Eduardo. Mostrei a revista para os 57perários do Frigorifico. O João disse-me que o Orlando Lopes, o atual encarregado da luz, havia me chingado. Disse que eu fiquei devendo 4 meses. Fui falar com o Orlando. Ele disse-me que eu puis na revista que ele não trabalha.
 –Que história é esta que eu fiquei devendo 4 meses de luz e agua?
 –Ficou sim, sua nojenta! Sua vagabunda!
 –Eu escrevo porque preciso mostrar aos meus políticos as péssimas qualidades de vocês. E eu vou contar ao repórter (JESUS, 1960, p. 164).

A obra de Carolina sempre esteve conivente com a marginalidade. Independente do gênero literário que destinava a escrever, a escritora utilizava como fonte sustentável a sua experiência e as situações às quais estava acostumada a presenciar. Em algumas observações, não se sabe até que momento tem autora, narradora e personagem; todas falam em conjunto de um lugar denominado baixa sociedade, na qual a mulher é submissa ao homem ou ao meio social. Essa realidade exposta na obra da favelada denunciou a forma como era vista e tratada, no Canindé, por seus vizinhos que não concordavam com sua condição de mulher sem ter a sustentação matrimonial. A autora do diário lutou pela sua aprovação enquanto escritora, mulher e pela sua situação independente, tendo sido despercebido e indesejável nas demais regiões da cidade, sendo útil apenas para catar papel e limpar o espaço ao qual não pertencia: “a cidade jardim” (JESUS, 1960, p. 33). Sem auxílio do povo em que dividia o mesmo ambiente, a escritora não se situava naquele local para se abrigar com seus filhos sem abrir mão da sua independência.

O benefício na escrita das mulheres expande-se diversas oportunidades para outra percepção, até então não conhecido, da condição feminina, referindo-se a adversidade de ser mulher perante o autoritarismo; entretanto, também, a desigualdade de gênero em teor social; queixava-se da falta de pão, luz, água potável, silêncio, sossego após um dia de trabalho. Em seus relatos não era de praxe deslumbrar os homens e nem indaga-los, somente justificava sua perspectiva que protestava atitude por parte das mulheres faveladas,

(...) Penso: a mulher que separa-se do esposo não deve prostituir-se. Deve procurar um emprego. A prostituição é a derrota moral de uma mulher. É como um edifício que desaba. Mas tem mulher que não quer ser só de um homem. Quer ser dos homens (JESUS, 1960, p. 123).

Carolina deixou sua transmissão até nos dias atuais, mesmo que a autora ainda seja desconhecida da maioria dos leitores, especialmente pelos jovens. Sua obra foi importante não só por ser um lugar que estabelece resistência de alguém que mal tinha como sobreviver, mas porque precisamente é o relato de uma mulher nessa condição. Uma informação que colabora para a representação de um papel social no ambiente em que se vive.

Carolina foi original ao expor seu ideal como uma vida sem vícios, com muito esforço e moralidade. E esses princípios apresentam-se no seu manifesto, compostos com a postura feminista de conduzir a própria vida, deixando clara a imposição feminina de ter um *teto todo seu e quinhentas libras mensais*¹⁰.

¹⁰ Referência ao livro de Virgínia Woolf, Um teto todo seu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de um longo processo por infinitas buscas e pesquisas sobre a temática e o porquê da importância dela ser abordada nesse trabalho, encerramos com a satisfação de que foi solucionado e trazido à tona esse tema que é fundamental tanto nos dias contemporâneos como foi nos séculos estudados nessa pesquisa.

Em primeiro lugar a pesquisa relacionada ao movimento feminista nos trouxe diversas reflexões, principalmente meu lugar enquanto estudante mulher na sociedade, e como foi importante a luta dessas mulheres para que hoje na atual sociedade em que vivemos, possamos usufruir de direitos, tais como: votar, participação na política, na educação e também na inserção na literatura como mulheres escritoras, como é o caso de Carolina de Jesus.

Embora as mulheres negras por muitos anos e até nos dias modernos, sofreram e sofrem racismo e são exploradas sexualmente, existiram mulheres no movimento negro que resistiram e lutaram para que essas pudessem garantir seus direitos e serem respeitadas. As condições são extremamente diferentes das mulheres brancas de classe média alta, porém elas não deixaram de acreditar que poderiam abrir espaços para outras mulheres de outros movimentos, sempre respeitando os limites e as vertentes de cada uma.

Carolina Maria de Jesus foi a escritora que surgiu com seu letramento autodidata para romper os estigmas associados às classes desfavorecidas em relação ao acesso à leitura e escrita. A autora usou de sua miséria para relatar os males que enfrentou durante sua estadia na favela do Canindé. Nas temáticas, destaque principal para a fome, que procurava alimento até no lixo para dar aos seus filhos. A catadora escreveu *Quarto de despejo* pensando em denunciar com seu olhar crítico tudo o que acontecia naquele inferno, em que ela mesma denominava a favela.

A autora foi vítima de preconceito por admirar as artes e a escrita, especialmente pelos moradores da favela, e muitas vezes pelas mulheres, que acreditavam que Carolina queria ser muito mais que aquelas mulheres que lá moravam. No entanto não se deixou abater pelas críticas mal feitas sobre ela e continuou sua escrita até conseguir publicar sua obra no ano de 1960, prefaciada por Audálio Dantas, repórter no qual descobriu Carolina, e lançada pela editora Francisco Alves.

O objetivo desse estudo foi perceber através da obra de Carolina, se por um viés feminista a autora poderia se denominar uma mulher feminista, mesmo em sua condição como mulher negra, favelada, semianalfabeta. Com as pesquisas feitas foram constatadas que

Carolina foi importante para o movimento negro, na qual rompeu barreiras e não ficou calada diante de fatos ocorridos na situação calamitosa em que se encontrava.

No período dos *anos dourados* a autora não teve medo de confessar as péssimas condições em que vivia naquela época, publicou nomes de políticos em épocas de eleições e criticou a maneira com que eles tratavam os favelados, deixando-os completamente sem condições humanas dignas.

Portanto, Carolina e sua obra foram importantes no viés da literatura e empoderamento da mulher negra, por abordar questões que outros pesquisadores foram incapazes de captar, foi a mulher marginalizada, dentro da favela, contando sua própria história. Foi capaz de transmitir através de sua escrita, um valor social e político na luta das classes desfavorecidas em uma sociedade capitalista. Carolina, no entanto, foi uma feminista, com características do feminismo negro, e também intelectual negra transgressora que desenvolveu pensamentos de mulher negra, pelo simples fato de se desprender dessas amarras em que mulher não poderia ser escritora, e principalmente uma mulher negra e pobre.

Uma escritora à margem, que criou literatura de uma forma original, permitindo a voz da mulher diante do retrato da sociedade menos favorecida. Carolina é um paradigma, em especial da mulher brasileira, que trouxe tópicos feministas, em que na sua obra expressa aspectos da vida nacional, conforme salienta Hallewell.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emanuel. **A Construção do Livro**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2008
- AZEVEDO, Aluizio. **O cortiço**. 28. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- BAHIA, Mariza Ferreira. **O legado de uma linhagem**: A literatura memorialística feminina. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Faculdade de Letras da UERJ. Rio de Janeiro. Junho de 2000
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.
- BELLIN, Greicy. Representações da figura feminina em quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**. Nilópolis, v.3, n.1, Jan. - Abr. 2012. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RE/article/viewFile/304/pdf_158>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- BARCELLOS, Sergio da Silva. **Vida por escrito**: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus. Sacramento, MG: Editora Bertolucci, 2015.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou Feminizando a raça**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles. 2005. 128f. Dissertação (mestrado em História), PUC-Rio, Departamento de História,
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na Literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **Revista História**. Franca: v.30, n.2, dezembro 2011.
- CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. **Muito Bem, Carolina!**: biografia de Carolina Maria de Jesus. Editor: Fernando Pedro da Silva. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.
- CHANTER, Tina. **Gênero: Conceitos-chave em Filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Isso não é literatura. **Revista Entre fronteiras e cercado de armadilhas**. Brasília: Ed. UnB e Finatec. 2005.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.1, janeiro/abril 2012, p. 133-151.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Plataforma Gueto, 2013.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.17, n.49, Setembro/Dezembro, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira**. In___ Revista Palmares. Nº. 01, agosto/2005. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/revista01.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2016.

FORTUNA, Daniele Ribeiro. A escrita como lugar de resistência no diário de Carolina Maria de Jesus. In: BARCELLOS, Sergio da Silva. **Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento, MG: Editora Bertolucci, 2015, p. 300-315.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje: Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2a. edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

HOOKS, Bell. Não sou eu uma mulher. **Mulheres negras e feminismo**. Plataforma Gueto, janeiro 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo** - diário de uma favelada. 6ªed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MAR de Histórias. **bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas**. março/2009. Disponível em: < <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>> Acesso em 21 dez. 2016.

MILLET, Kate. **A política sexual**. Lisboa: Cadernos Dom Quixote, 1970.

OLIVEIRA, Fátima Maria de. Do lixo das ruas à escrita “cor de ouro” no quarto: o diário de Carolina. In: BARCELLOS, Sergio da Silva. **Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento, MG: Editora Bertolucci, 2015, p. 285-299.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Do trágico ao épico: a marcha das vadias e os desafios políticos das mulheres negras. **Blogueiras Negras**. junho/2013. Disponível em: < <http://blogueirasnegras.org/2013/06/27/desafios-politicos-feminismo-negro/>> Acesso em 21 dez. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, junho 2010, p. 15-23.

SARTI, Cynthia. O Feminismo brasileiro desde os anos 1970: Revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio/agosto 2004, p. 35-50.

- SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.23-57.
- SOARES, Vera. Movimento feminista: Paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, n. especial, ano 2, agosto/dezembro 1994, p. 11-24.
- SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida, DIAS, Daise Lilian Fonseca. Quando a Mulher Começou a Falar: **literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil**. Gênero na Amazônia. Belém: n.3, janeiro/junho 2013.
- STUMPF, Ida. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010, p. 51-61.
- TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres: Um balanço do Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
- WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- YIN, Robert. **Estudo de caso: Planejamentos e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.